

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO MARANHÃO

ADALZIRA SODRÉ GALVÃO

**A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO GRANDE CARAJÁS E SUAS
IMPLICAÇÕES NA OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO DE SÃO LUÍS**

São Luís/MA
2005

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO MARANHÃO**

ADALZIRA SODRÉ GALVÃO

**A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO GRANDE CARAJÁS E SUAS
IMPLICAÇÕES NA OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO DE SÃO LUÍS**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Especialização de História do Maranhão da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do grau de Especialista em História do Maranhão.

**São Luís/MA
2005**

GALVÃO, Adalzira Sodré

O Processo de industrialização e suas implicações na ocupação do solo urbano de São Luís / Adalzira Sodré Galvão. – São Luís, 2005.

67f.

Monografia (Especialização em História do Maranhão) – Universidade Estadual do Maranhão, 2005.

1. Industrialização 2. Urbanização 3. Crescimento Demográfico. I. Título.

CDU: 911.375 (812.1)


ADALZIRA SODRÉ GALVÃO

**A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO GRANDE CARAJÁS E SUAS
IMPLICAÇÕES NA OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO DE SÃO LUÍS**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de
Especialização de História do Maranhão da Universidade
Estadual do Maranhão, para obtenção do grau de
Especialista em História do Maranhão.

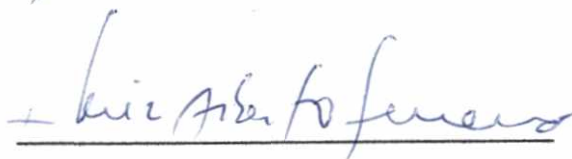
Aprovada em: 03 / 03 / 06

BANCA EXAMINADORA



Prof. Mst. Marcelo Cheche Galves (Orientador)





**Às minhas filhas Anne Caroline, Camila e
Clarissa, minha maior razão de viver e de
querer saber mais.**

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate, a análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”.

(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

A Deus, que não me deixou desistir, dando-me forças para continuar e concluir este trabalho.

Aos meus pais Antônio (*in memoriam*) e Geralda pelo carinho, amor e desvelo e pelos ensinamentos, contribuição decisiva para minha formação humana e profissional.

Aos meus irmãos e sobrinhos, em especial Michela, por suas presenças constantes em minha vida.

Aos amigos, em especial Dorian, pelo incentivo recebido durante essa jornada.

A todos os professores do Curso de História, pelos momentos de aprendizagem compartilhados.

Aos funcionários Marcio e Robson pela paciência e disponibilidade para nos atender.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que eu conseguisse concluir o curso.

RESUMO

O trabalho faz um breve histórico da implantação do Projeto Grande Carajás no Maranhão, no município de São Luís. Identifica e analisa os fatores que determinaram a implantação desse projeto na capital com a participação das empresas Alumar e C.V.R.D. Destaca o processo de ocupação do solo urbano ocorrido nas décadas de 1970 e 1980, influenciado pelo rápido crescimento populacional relacionando-o com a instalação desse projeto. Discute ainda o impacto da instalação da ALCOA na Ilha de São Luís sob o ponto de vista do Jornal Pequeno em várias edições de 1980.

Palavras-chave: Crescimento Demográfico. Ocupação. São Luís. Solo Urbano.

ABSTRACT

The work makes a brief historical of the implantation the " Projeto Grande Carajás", in "Maranhão" in municipality of "São Luís". Identify and analysis the factors that determine the implantation this Project in city of "São Luís" with the participation the Enterprises ALUMAR e C.V.R.D. Detach the process of occupancy the urban floor happened during the decades of 1970 and 1980 influenced for rapid increase populational associate its with the installation of the projects. Discuss still about the impact of installation the ALCOA in São Luís bellow the point of view of Pequeno Newspaper in some editions in 1980.

Key- Words: Increase Demographic. Occupancy. São Luís. Floor Urban.

LISTA DE SIGLAS

- ALUMAR** – Consórcio de Alumínio do Maranhão
- ALCOA** - Aluminí Company American (Companhia Americana de Alumínio)
- BNH** – Banco Nacional de Habitação
- CDE** – Conselho de Desenvolvimento Econômico
- CEAG-MA** – Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Estado do Maranhão
- CEMAR** – Companhia Energética do Maranhão
- CETER** – Comissão Estadual da Terra
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CHESF** – Companhia Hidrelétrica do São Francisco
- CVRD** – Companhia Vale do Rio Doce
- ELETOBRAS** – Centrais Elétricas do Brasil S/A
- ELETRONORTE** – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
- ELETROSUL** – Centrais Elétricas do Sul
- FESM** – Federação das Escolas Superiores do Maranhão
- FIEMA** – Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
- FINOR** – Fundo de Investimento do Nordeste
- GEPLAN** – Gerência de Planejamento do Maranhão
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICM** – Imposto sobre Circulação de Mercadorias
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPI** – Imposto sobre Produto Industrial

JUCEMA – Associação Comercial do Maranhão

PDS – Partido Democrático Social

PGC – Programa Grande Carajás

PT – Partido dos Trabalhadores

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão

SIDERBRAS – Siderúrgica Brasileira S/A

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	08
1 INTRODUÇÃO	11
2 A QUESTÃO FUNDIÁRIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO DE SÃO LUÍS	13
2.1 A Política Fundiária e suas Implicações no Processo de Ocupação do Solo Urbano de São Luís nas Décadas de 1970 e 1980.....	13
2.2 Crescimento da População e a Expansão da Cidade de São Luís nas Décadas de 1970 e 1980	22
3 O PROJETO GRANDE CARAJÁS EM SÃO LUÍS E SUA INFLUÊNCIA NA OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	27
3.1 Programa Grande Carajás (CVRD e ALUMAR)	27
3.2 São Luís na Rota de Grandes Projetos Industriais	29
3.3 A Influência do Projeto Grande Carajás no Processo de Ocupação do Solo Urbano de São Luís nas Décadas de 1970 e 1980.....	40
4 O IMPACTO DA INSTALAÇÃO DA ALCOA NA ILHA DE SÃO LUÍS A PARTIR DO ENFOQUE DO JORNAL PEQUENO	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS.....	61
ANEXOS	63

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende discutir as razões pelas quais grandes projetos industriais do alumínio como o Programa Grande Carajás, com o Consórcio de Alumínio do Maranhão – ALUMAR e a Companhia Vale do Rio Doce – C.V.R.D., foi instalado na Ilha de São Luís e o nível de influência decorrente desse projeto na ocupação do solo urbano, isto é, de que maneira a instalação dessas empresas vão implicar em alterações no processo de ocupação da cidade de São Luís.

No primeiro capítulo tratamos da ocupação urbana do município de São Luís, a partir dos anos 1950, considerando fatores associados ao crescimento populacional nas décadas de 1950 e 1960 intensificados a partir do final dos anos 60 e nas décadas de 1970 e 1980, com a implementação de projetos como o Programa Grande Carajás.

No segundo capítulo investigamos as razões pelas quais a cidade de São Luís se tornou área de interesse para a instalação do Projeto Grande Carajás (P.G.C.). Verificamos como a cidade vai incorporar e se comportar diante das mudanças oriundas do capital da indústria do alumínio, e mais especificamente, como este Projeto vai influenciar no processo de crescimento da população e de ocupação do solo urbano nas décadas de 1970 e 1980, período de sua instalação na cidade.

No terceiro capítulo, abordamos a questão da instalação da fábrica da ALCOA, em 1980, a partir das edições do Jornal Pequeno, o que possibilitou um contraponto à idéia de “bem geral”, promovido pela instalação de grandes indústrias.

Para se obter os resultados referentes aos objetivos propostos neste estudo, utilizamos como metodologia, a seleção, o exame e a análise das mais diversas fontes, como livros, jornais, leis, censos demográficos.

A pesquisa bibliográfica e documental foi ferramenta básica para a concretização deste trabalho. Para a fundamentação dos aspectos históricos abordados buscamos as fontes no Arquivo Público do Estado, Biblioteca Pública Benedito Leite, bibliotecas das Universidades Federal e Estadual do Maranhão, Biblioteca da Associação Comercial do Maranhão (JUCEMA) e na Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA).

Essa fundamentação histórica foi relevante, pois através dela pôde-se compreender o processo evolutivo de ocupação do espaço urbano de São Luís e os fatores que influenciaram no crescimento da população da capital, sobretudo quando da instalação dos grandes projetos industriais, especificamente nas décadas de 1970 e 1980.

A coleta de dados e informações sobre os aspectos geoeconômicos, demográficos e sociais foi feita nos seguintes órgãos de planejamento: GEPLAN (Gerência de Planejamento do Maranhão), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e CEMAR (Companhia Energética do Maranhão). Essa coleta foi extraída de documentos existentes nesses órgãos, tais como: Portarias, Leis, Censos, Dados Estatísticos, etc.

Em seguida, partiu-se para a análise e interpretação dos dados e das informações levantadas para se chegar aos resultados a que se propõe este trabalho, numa tentativa de esclarecer melhor a relação entre homem, indústria, espaço e seus efeitos na configuração da cidade de São Luís.

2 A QUESTÃO FUNDIÁRIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO DE SÃO LUÍS.

2.1 A Política Fundiária e suas Implicações no Processo de Ocupação do Solo Urbano de São Luís nas Décadas de 1970 e 1980.

O que ocorreu no Maranhão, numa visão ampla, não foi diferente do que aconteceu a nível nacional, nos outros Estados. A grilagem, por exemplo, é um problema muito sério, pois os "grileiros" falsificam títulos de propriedade de terra e, muitas vezes, com a participação de políticos influentes. Apesar das denúncias feitas por camponeses, associações, e até mesmo pela imprensa, como no Jornal Pequeno, em termos de política oficial, nunca foi resolvido o problema. Na verdade, as irregularidades que são denunciadas muitas vezes apontam para um grande número de autoridades que estão envolvidas nessa atividade ilegal e muito lucrativa, o que se evidencia pela grande concentração de propriedade de terras nas mãos de uma minoria privilegiada (fazendeiros, políticos, empresários).

Nas palavras de Asselin (1992, p. 128):

A grilagem há tempos vem sendo conhecida, pesquisada, denunciada sem se tomar medidas capazes para combatê-la, chega-se a uma conclusão alternativa: o Estado é ou incompetente ou cúmplice.

Em notícia publicada no Jornal Pequeno no dia 23 de julho de 1980, a Comissão Pastoral da Terra analisa a política fundiária do Maranhão:

Fica claro que a ação da CETER – Comissão Estadual da Terra é meramente conciliadora, em detrimento dos lavradores e a favor dos latifundiários e empresários – ressalta a CPT.

Essa finalidade de regularização fundiária, na base da conciliação entre grileiros, latifundiários, empresários e posseiros não é outra coisa senão uma tentativa de enganar lavradores e a opinião pública, para assegurar a implantação e consolidação do latifúndio e da empresa capitalista concentrando cada vez mais a terra em mãos de poucos.

Conforme o documento, a expulsão do homem do campo, não atinge somente os posseiros, mas também o arrendatário, o parceiro, o pequeno proprietário [...] das terras devolutas do Estado, principalmente na Pré-Amazônia (Santa Luzia, Imperatriz, Barra do Corda, Grajaú, etc.), assistem à expulsão dos posseiros com a implantação da grande empresa nacional e multinacional.

De acordo com dados do IBGE o Maranhão ocupa uma área de 333.365,6 km², é o oitavo maior Estado da federação e o segundo colocado em relação à região Nordeste em extensão. Segundo o órgão em 1985 o Estado contava com 5.222.565 habitantes, sendo 2.771.557 (51,92%) na zona urbana e 2.511.008 (48,08%) na zona rural. Em relação à população economicamente ativa a pesquisa revela que 52,6% estavam ligadas a atividade agropecuária e 6,4% na indústria, 4,7% na construção civil e 36,6% no comércio e serviços.

As medidas tomadas pelo governo em todas as esferas foram paliativas, isto é, não resolveram o problema da concentração de terra, da sua má distribuição. O Estado do Maranhão, com todo esse tamanho, não elaborou um programa de reforma agrária que pudesse manter o homem do campo no seu lugar de origem, trabalhando e tirando de sua própria terra o seu sustento e de sua família. Em São Luís, o problema da ocupação e do mau uso do solo urbano teve sua origem principalmente com a expulsão do homem do campo, de suas terras, que são sua razão de ser e de sua sobrevivência.

A edição do Jornal Pequeno de 23 de julho de 1980 sob o título: **O Maranhão lidera o campeonato da grilagem, da miséria e da violência generalizada**, afirma que:

Os preços das mercadorias, sobretudo dos alimentícios, dispararam. O povo come menos e cada vez pior. A grilagem é o problema maior e o mais grave. Lavradores são expulsos de suas terras, os índios são espancados e seus direitos desrespeitados.

A violência e a marginalidade são manchetes diárias de todos os jornais maranhenses, provocando insegurança geral. Da parte do governo não é tomada nenhuma providência no sentido de reduzir esses fatos, ao contrário, a omissão tem como resultado o agravamento vertiginoso da criminalidade.

O problema das "invasões"/ocupações das zonas periféricas das grandes cidades se tornou cada vez mais sério e, necessário se faz uma ampla mobilização no sentido de resolvê-lo ou pelo menos minimizá-lo. O Maranhão se envolveu com graves problemas com grileiros, posseiros, lavradores sem terra e sem teto. Profundas mudanças não foram feitas na sua estrutura fundiária, no seu sistema de produção e comercialização. Mudanças que não aconteceram porque não foram planejadas. A população rural não participou no sentido de tomar as decisões necessárias para a execução de uma política agrária justa, de direito a terra. O Estado não saiu da situação de subdesenvolvimento, pois a maioria da população sempre viveu à margem da sociedade, com o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) abaixo da linha de pobreza.

Dentre alguns fatores, os que mais contribuíram para as ocupações urbanas periféricas, sem planejamento, provocando o inchaço das cidades, foram: a falta de uma política agrícola e uma reforma agrária séria e atuante, isto é, que se faça cumprir, pelo menos, os dispositivos constitucionais de que todos têm direito à vida, à moradia, ao trabalho.

O Jornal Pequeno retrata essa realidade na edição do dia 02 de janeiro de 1981 com a notícia, Palafitados fazem reivindicações justas ao Ministro do Interior:

Este documento contém as principais reivindicações de nós moradores das áreas de Camboa, Liberdade, Floresta, Fé em Deus, Jenipapeiro, Alemanha, Barreto, Vila Palmeira e Coroadinho. [...] Nós moradores das áreas palafitadas acima relacionadas, queremos reivindicar terreno urbanizado, porque a grande maioria da população não tem emprego fixo e os que trabalham possuem uma renda média familiar de 1 a 2 salários... (47%), sendo que 16% não ganham nem um salário mínimo. Isso porque a maioria trabalha como pedreiro, carpinteiro, pintor, trabalhador braçal, etc. Por isso queremos a legalização de nossos terrenos para construir as casas de acordo com as nossas posses, e usar a União para ajudarmos uns aos outros. [...].

Pedimos que para as pessoas que pretendem casas do BNH, sejam esclarecidos com a maior brevidade possível, antes de sua construção, o valor de cada prestação e as condições de financiamento que será feito, relatando inclusive, de quantos em quantos meses haverá aumento nas prestações, seu percentual e se haverá incidência de juros e correção monetária.

Pensando nas famílias numerosas que não possuem um salário que lhe permita pagar as prestações das casas, pedimos que também seja fornecido o valor das prestações, se por ventura for feito apenas o Embrião, isto é, as paredes externas, deixando que as divisões internas sejam feitas de acordo com suas necessidades.

A origem desse contingente populacional significativo que vem para a cidade é bastante diversificada, porém, pode-se destacar três tipos característicos: os provenientes do interior do Estado, os remanejados por causa dos grandes projetos e os expulsos de bairros populares do centro da cidade e dos conjuntos populares.

A respeito dos primeiros, a grande maioria veio do interior do Estado. São famílias de lavradores que deixaram o campo porque não têm mais terra para trabalhar ou perderam tudo com a seca ou com as enchentes ou foram expulsos. Elas vieram famintas e esperançosas à procura de um meio de sobrevivência, geralmente ocupam um terreno na periferia da cidade ou de bairros que já têm certa infra-estrutura.

“Levantam” uma casinha de taipa e palha com a ajuda solidária dos vizinhos, companheiros de luta. O pai de família procura um emprego, mas geralmente não encontra, está difícil e a mão-de-obra que oferece não é qualificada. Então sai em busca de um biscate, meio de ganhar dinheiro: quebrando pedra, carregando água, limpando ruas e quintais, etc. Algum tempo depois, os parentes vão chegando e se amontoando na pequena casa que vai se tornando pequena demais, os obrigando a procurarem outros espaços para morar. (Ver Anexo I)

Essa situação é revelada pelo Jornal Pequeno de 17 de julho de 1980 sob o título, “A fome mora no Coroadinho”:

Coroadinho é um dos bolsões de miséria de São Luís. Oriundo do drama do êxodo rural, habitado por homens sofridos, expulsos de suas terras pela grilagem, uma mazela que assola o Brasil, esse bairro oferece quadros dolorosos e constrangedores.

É uma realidade crucial e trágica. A desnutrição ameaça sua infância, condenada a tristeza dos rústicos casebres, símbolo do desemprego e subemprego que o marginalismo social gera.

Em relação ao remanejamento (retirada do homem de seu habitat de origem, isto é, de seu bairro, de sua casa), esse processo ocorreu em função da instalação de grandes indústrias ou grandes projetos tais como, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), ALUMAR, Distrito Industrial, em que os interesses destes suplantam as necessidades daqueles, ou seja, em detrimento de interesses de poucos, muitos moradores são expulsos das áreas que oferecem melhor localização e infra-estrutura. Esses espaços urbanos se valorizam, o que evidencia as distorções da nossa sociedade. Em consequência disso, os bairros das periferias urbanas “incham” de gente e de miséria e as invasões urbanas tornam-se tristes realidades.

No dia 6 de outubro de 1980 em uma Nota à Imprensa, o Jornal

Pequeno denuncia:

O conflito social que se desenrola no bairro do Sá Viana, nesta cidade atesta o caráter elitista e antipopular do atual Regime e de seus representantes no Maranhão.

O bairro Sá Viana pertence a seus moradores, muitos dos quais habitam ali há mais de 20 anos. Só a eles, portanto, cabe decidir se permanecem na área ou se aceitam alguma proposta de remanejamento.

A Comissão Provisória Municipal do PT – Partido dos Trabalhadores manifesta seu mais decidido apoio à luta do Sá Viana pela sua sobrevivência, bem como o Diretório Central de Estudantes, que repudiando a atitude inconseqüente e anti-social da Reitoria, deu abrigo aos moradores expulsos dos seus lares pela violência da polícia.

Abaixo a grilagem e a violência policial.

Todo apoio aos trabalhadores do Sá Viana!

Outras famílias, muitas vezes vítimas da própria política habitacional vigente no país, vieram de bairros populares do centro da cidade ou de conjuntos habitacionais, pois, sem emprego e sem condições para pagar sua prestação ou aluguel foram obrigadas a abandonar suas casas e procurar outro lugar para morar: a periferia da cidade.

A questão fundiária, pano de fundo dos problemas urbanos, já foi assunto de algumas das constituições brasileiras, mas nenhuma conseguiu solucionar os problemas a ela relacionados, principalmente o direito a moradia. Assim, vale ressaltar as palavras de Görgen (1998, p. 13):

As constituições brasileiras, desde o século passado, sempre colocaram o direito de propriedade como um direito de todo mundo. E só muito recentemente que se conseguiu colocar na Constituição Federal que a propriedade deve conter uma função social. Mas o cumprimento desta função social é muito difícil, muito demorada, por que a cultura jurídica e política do país ainda continuam colocando o direito de propriedade acima do direito à vida.

Os conflitos agrários no Maranhão também não foram resolvidos, a questão tem suas raízes históricas, os governos (federal, estadual e municipal) pouco fizeram em relação à reforma agrária, suas ações ainda

não foram capazes de resolver (ou não quiseram resolver) o problema do atraso na distribuição das terras e efetuar uma reforma agrária responsável e justa. Como afirma Silva (1997, p. 261):

É necessário construir uma perspectiva que torne a idéia de um "desenvolvimento urbano sustentável" socialmente mais crítica e menos ambígua, e que recicle a geoestratégia de reforma urbana e o ideário do "planejamento crítico" em geral de forma que ele incorpore mais profundamente metas ligadas à proteção ambiental.

No bojo dessas questões fundiárias São Luís se transformou num pólo de atração para esse contingente populacional expulso do campo, que busca na cidade melhores condições de trabalho, saúde, educação, moradia. Assim, a cidade de São Luís, a partir da década de 1950, foi marcada por um fluxo intenso de pessoas que migraram do interior do próprio Estado ou de outros como o Ceará e Piauí, fugindo das secas, dos conflitos no campo e que aqui chegando ocuparam principalmente as áreas de mangues para a construção de suas casas dando origem às áreas de "invasões" e palafitas e que, por sinal ficam mais próximas do mercado de trabalho.

O quadro acima foi agravado a partir do programa do governador José Sarney (1966-1970), que criou facilidades para atrair empresários do Centro-Sul para o Estado, ofereceu incentivos fiscais da SUDENE, SUDAM e do próprio Estado, para implantação de grandes projetos agropecuários e de colonização, adotou também uma política de modernização do setor agrícola, que teve como conseqüência grave a desestruturação da agricultura de subsistência.

Em face dessa nova realidade, grandes e pequenos proprietários se confrontaram num jogo de interesses que levou à concentração de terras

nas mãos dos primeiros e à expulsão dos segundos para os setores urbanos na busca de sobrevivência. Intensificou-se a prática da grilagem no Estado, facilitando a penetração do capitalismo no campo e propiciando significativa mudança no processo de urbanização de São Luís para onde vão se direcionar as correntes migratórias desordenadas.

Áreas de mangues próximas do centro da cidade foram ocupadas, a busca por terras firmes na Ilha aumentou, algumas áreas ocupadas começaram a ser valorizadas dando início ao processo de grilagem do solo urbano de São Luís que, pela falta de uma política de ocupação, foi favorecido pelo próprio governo e se tornou uma prática constante em todo o Estado. Segundo o IBGE (Censos de 1960, 1970, 1980), São Luís, até 1960, só tinha 159.628 habitantes; em 1970, 265.595 e em 1980 449.433 habitantes. Isto é, de 1960 a 1980 a população de São Luís quase triplicou.

Neste novo ambiente, passaram a fazer parte do dia-a-dia da cidade os processos de desocupação, na verdade, de expulsão da população ocupante de áreas que passaram a ser propriedade de particulares ou especuladores imobiliários, com a participação, muitas vezes violenta, da polícia ou de pessoas contratadas pelos pretensos proprietários, como analisa Silva (1984, p. 171):

Num clima de verdadeira guerra onde a resistência popular tem, muitas vezes, vencido, dando margem à formação de diversos bairros em São Luís que permanecem precários por falta de atenção do Estado e do Município, mas que representam a alternativa possível, para aqueles que não podem mais viver no interior.

O êxodo rural no Maranhão, principalmente em São Luís, ocorreu em grande escala e com bastante intensidade, pois, na maioria das vezes,

está relacionado com a busca de melhores condições de vida na cidade. De acordo com Antunes, dentre os principais motivos desse fenômeno estão:

A concentração de terras nas mãos de poucos proprietários rurais (os latifundiários); mecanização e modernização das técnicas de produção agrícola reduzindo a necessidade de mão-de-obra rural; precariedade dos serviços de atendimento médico, escolar e social no meio rural; introdução de formas capitalistas de produção (trabalho assalariado) pelas quais os camponeses (pequenos proprietários ou agregados - como os meeiros) perdem espaços para os grandes latifundiários que recorrem à mão-de-obra assalariada (ANTUNES, 1993, p.139).

Ao processo de desagregação do campo, com a expropriação do trabalho rural em decorrência da implantação dos grandes projetos agropecuários e com as finalidades criadas para a grilagem nos anos de 1970, os anos de 1980 são marcados pelo garimpo e pela implantação do Projeto Grande Carajás com a instalação de grandes indústrias. Com isso, várias cidades do Maranhão sofreram um impacto sobre o processo de urbanização desordenada, sobretudo São Luis, que recebeu um impacto social maior pelo seu "inchaço". No período de 1980 a 1985, segundo o IBGE, a capital passa de 322.578 habitantes para 585.467, o que representou um aumento populacional de 81,5%.

O processo de migração rural-urbana provocou um crescimento populacional em São Luís sem precedentes. Devido principalmente aos altos preços imobiliários, à maioria dessa população não é permitido o acesso à habitação e aos serviços públicos, pois sua situação financeira não permite que se fixe em terrenos com melhor infra-estrutura, também conhecidos como "áreas nobres", sendo "jogada" para a periferia da cidade. Se considerarmos que a qualidade de vida se expressa pela moradia, educação, saúde, trabalho, lazer, valores culturais e meio ambiente, São Luís está se transformando num verdadeiro caos urbano. (Ver Anexo II)

O impacto do processo atual de industrialização no Maranhão repercute sobre o processo de urbanização no Estado e, mais intensamente, em São Luís. Assim, podemos considerar que a ocupação do solo urbano da capital passou por duas fases: antes da implantação da CVRD e ALUMAR, através dos conjuntos habitacionais, populares ou não, como Ipase, Maranhão Novo, Bequimão, Angelim, Vinhais, Cohama, São Francisco, BASA, Renascença, expandindo-se de forma horizontal, até o início da década de 80; e, depois da implantação dos projetos industriais, através da verticalização do espaço urbano com a construção de condomínios e edifícios de apartamentos em áreas nobres e loteamentos na periferia para a população de baixa renda. (Ver Anexo III)

Apesar da instalação desses projetos industriais em São Luís terem exigido no seu bojo infra-estrutura adequada e provocado um significativo dinamismo no espaço de aglomeração urbana e, ainda que algumas áreas tenham sido favorecidas pela modernização sob o ponto de visto econômico e social, os benefícios não se estenderam ao conjunto da população residente na cidade. Restringiram-se apenas a uma minoria privilegiada que ao longo do processo histórico das sociedades tem o seu lugar cativo, legitimado pela própria estrutura do Estado capitalista.

2.2 Crescimento da População e a Expansão da Cidade de São Luís nas Décadas de 1970 e 1980

A São Luís urbana, até a segunda metade do século XX, era basicamente o que se conhece como Centro Histórico. Para caracterizar o processo de crescimento populacional dessa época Silva (1984, p.08) afirma

o seguinte:

Em 1950 São Luis possuía uma população urbana da ordem de 90.000 habitantes e continuava isolada do resto do país: suas ligações principais ainda eram feitas através do precário Porto de São Luís e do aeroporto. Rodovias federais asfaltadas, não existiam.

A partir dos anos 1950, as migrações internas no Maranhão passam a contribuir sensivelmente para o crescimento demográfico em São Luís, já que os conflitos pela posse da terra e a espoliação do homem do campo, vêm obrigando milhares de camponeses e pequenos proprietários rurais a imigrarem para as cidades em busca de emprego e melhores condições de saúde e educação.

Assim, no período pós-1950, a cidade experimenta um crescimento desordenado por força da migração intensa que se verifica do interior para a capital, principalmente de numerosos contingentes populacionais oriundos da *Baixada Maranhense*, fator este influenciado principalmente pela sua posição estratégica entre os estuários dos principais rios do Maranhão. A forma do Golfo favorece esta situação recebendo produtos e pessoas do interior que convergem para o seu centro, onde se situa a cidade de São Luís.

São Luís, graças ao desenvolvimento comercial e industrial, destaca-se entre os centros demográficos do Estado (Imperatriz, Caxias, Timon). O processo de crescimento provoca a ocupação de grandes áreas marginais das bacias do Anil e do Bacanga, ocupando áreas de mangues e de terrenos firmes, de propriedade pública ou privada, com palafitas e "invasões", enquanto o setor público promovia, através do BNH/COHAB, a implantação de vários conjuntos habitacionais. Segundo Silva (1984, p.08):

O processo rápido de ocupação desordenada do solo urbano observado no município de São Luis, a partir dos anos 50, configura fisicamente a intensificação das contradições sociais, políticas e econômicas que caracterizam o desdobramento de um modo de

desenvolvimento que se define pela concentração de poderes e de renda.

Como conseqüência desse crescimento populacional verificou-se em São Luís um processo de "invasão" das áreas urbanas periféricas e a inadequação e/ou inoperância do limitado sistema de serviço público, causado tanto pela rápida obsolescência do mesmo, como pelo desinteresse das administrações públicas em provê-los na extensão e na forma tecnicamente recomendável e socialmente justa. A ocupação dessas áreas deu origem a verdadeiros bairros de alta densidade demográfica, como Anjo da Guarda, Vila Embratel, Sá Viana, Coroadinho, etc., sem a mínima estrutura urbanística, saneamento básico ou acompanhamento de instituições públicas de competência.

Para esta discussão, recorreremos aos dados fornecidos através dos censos realizados no período entre 1940 a 1991 pelo IBGE, referentes ao crescimento demográfico do município de São Luís (população residente):

TABELA 1

1940	84.228 habitantes
1950	119.785 habitantes
1960	159.628 habitantes
1970	265.595 habitantes
1980	449.877 habitantes
1991	696.371 habitantes

FONTE: IBGE (Censos Demográficos)

Do final dos anos 1960 aos anos 1970, São Luís adquire um novo traçado, pois suas fronteiras se expandem, rompendo o bloqueio do corredor

limitado pelos rios Bacanga e Anil, com as construções da Barragem do Bacanga e da Ponte do São Francisco em 1970 e de outros eixos viários principais. Assim, a cidade se expande vertiginosamente nas direções norte e leste, futura área nobre (Ver Anexo IV), enquanto para o sudoeste e nas áreas periféricas próximas do Centro são criados bolsões de misérias, aglomerados de palafitas e invasões. Nas palavras de Ribeiro Júnior (1998, p.91-92), abriu-se duas frentes ocupacionais, sendo:

I) uma, ao Norte, em direção ao litoral balneário, futura área nobre da cidade (São Francisco, Renascença, Calhau, Ponta D' areia, São Marcos, Olho D'água), onde os negócios imobiliários ganharam vultuosidade, setor da economia urbana que adquire notável dimensão;

II) outra, a Sudoeste, região de fraca densidade demográfica, mas que logo se tornaria tradicional zona de ocupação periférica da cidade (Anjo da Guarda, Vila Nova, Fumacê, Vila Embratel, Sá Viana, parte da Vila Maranhão), abrigando parcela crescente da população pobre e que facilitaria o acesso entre o Porto do Itaqui, o qual, em 1971, seria oficialmente inaugurado e a zona central da cidade, através de uma rodovia de pouco mais de 9 km.

Segundo o IBGE (Censos Demográficos do Maranhão de 1970, 1980 e 1991), entre os anos 1970-91, a população do município de São Luís duplicou e, para o intervalo de 1970-80, registrou-se a mais alta taxa de crescimento anual da população, isto é, maior "boom" demográfico. Vários foram os fatores que contribuíram para isto, dentre os quais, a implantação de várias empresas em função do Projeto Grande Carajás, apontando perspectivas de emprego; o êxodo rural provocado pela falta de condições de trabalho no campo; a imigração dos Estados do Piauí e Ceará e o alto índice de natalidade na região.

Neste período, orientado pela política federal de habitação, sob a direção do extinto BNH (1964-1986), foram construídos em São Luís vários conjuntos habitacionais (Cohab Anil, Cidade Operária, Ipase e outros.) de moradia popular para atender as necessidades das camadas média e baixa

da sociedade, como afirma Ribeiro Júnior (1998, p.94):

Em São Luís, muito em função do alargamento demográfico, tornou-se mister e urgente a construção de conjuntos habitacionais em resposta a vasta demanda proveniente de extrato médio e baixo da sociedade.

É importante verificar que no complexo urbano revela-se a estratificação social: habitat para os ricos e habitat para os pobres. Por exemplo: na área do Anjo da Guarda foram feitos loteamentos em atendimento a população para ali deslocada, sendo oportuno informar que esse bairro foi originalmente constituído por famílias retiradas das zonas alagadas de espaços periféricos do velho centro de São Luís, como Madre Deus, Goiabal, Lira, Fátima e Barés (Imparcial, 04/07/1974, p.5). No São Francisco, na recente área nobre, foram construídos conjuntos habitacionais como Basa, Renascença e Conjunto São Francisco para atender exclusivamente segmentos da classe média.

Dessa forma São Luís se coloca na posição de cidade-pólo, atraindo pessoas pelo seu porto, por onde escoam as produções agrícola e industrial, pela vinda de grandes fábricas como ALUMAR e CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), entre outros, além de constituir-se no centro administrativo e cultural do Estado do Maranhão. Coloca-se também na posição de centro urbano que abriga várias áreas faveladas e palafitadas ocupadas por uma população que reside em precárias habitações, vivendo/sobrevivendo em condições desumanas.

3 O PROJETO GRANDE CARAJÁS EM SÃO LUÍS E SUA INFLUENCIA NA OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO.

Pretende-se neste momento investigar as razões pelas quais São Luís passou a constituir-se área de interesse para a implantação do Projeto Grande Carajás (P.G.C). Assim, nesse processo, o que vale verificar é como e por que essa cidade se incorporou, fazendo parte do espaço para onde se movimentaria o capital da indústria de alumínio naquele momento de seu processo geral de acumulação e mais especificamente, como este projeto vai influenciar no processo de crescimento da população e da ocupação do solo urbano nas décadas de 1970 e 1980.

3.1 Programa Grande Carajás (CVRD e ALUMAR)

O Programa Grande Carajás (P.G.C.), segundo a ALUMAR, em seu Boletim Informativo de julho de 1980, é considerado um dos maiores programas de desenvolvimento do mundo e define Carajás como:

Uma área de aproximadamente 100 km de diâmetro, situada no Sul do Pará a 550 km de Belém, a 150 km de Marabá, a 300 km de Imperatriz e a 780 Km de São Luís, capital do Estado do Maranhão. É a maior reserva de minério de ferro do Brasil. Encontra-se manganês, bauxita, cobre, zinco, molibdênio, estanho, níquel, cromo, tungstênio, ouro, prata, paládio, tântalo e talvez urânio e amianto, minerais indispensáveis para a indústria moderna.

Alguns desses minerais foram descobertos na Serra de Carajás, daí a denominação do Programa e da região.

No dia 31 de julho de 1980, o parque industrial do país, na visão dos empresários brasileiros e multinacionais e até mesmo do governo, dava um grande passo para o futuro: estava nascendo a fábrica de Consórcio Alumar no Distrito Industrial de São Luís, um projeto gigantesco, destinado a produzir em sua primeira

etapa *"500 mil toneladas anuais de alumina, e 100 mil toneladas/ ano de alumínio. Seria o maior investimento privado já feito no Brasil, cerca de 1,5 bilhão de dólares"*. (INFORMATIVO ALUMAR, 1988, p.2)

Com a participação da Alcoa Alumínio e da Billiton Metais (uma empresa subsidiária da Shell), o projeto representava para o Maranhão a possibilidade de se transformar num dos principais pólos industriais do Norte/Nordeste.

De grandes dimensões, o projeto Alumar foi aprovado entre outros, pela SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e pela Secretaria Executiva do Programa Grande Carajás. Também recebeu a declaração de Relevante Interesse Nacional e foi aprovada pela própria Presidência da República.

O Consórcio Alumar – Consórcio de Alumínio do Maranhão - em 17 de agosto de 1982 foi considerado integrante do Projeto Grande Carajás (P.G.C.) e como tal, beneficiário dos incentivos que haviam sido deferidos para a Alcoa quando esta ainda se encontrava como única responsável pelo projeto. Tal concessão decorreu do Ato Declaratório 17/82, do Programa Grande Carajás.

A fábrica da Alumar em São Luís foi inaugurada em 1984. Dois anos depois passou a produzir *"650 mil toneladas de alumina e 245 mil toneladas de alumínio primário por ano, graças à melhoria da eficácia de sua Refinaria e à construção de uma segunda linha em sua Usina de Redução"*. (INFORMATIVO ALUMAR, 1988, p. 2).

A grande prioridade do Consórcio era a substituição das importações. Mas, uma parcela considerável da produção estava reservada à exportação, em apoio à política do Governo Federal de obter mais dólares com o comércio externo.

Criada em 1942 no governo de Getúlio Vargas, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) se constituiria numa das maiores estatais do Brasil. A Companhia Vale

do Rio Doce também vai ser uma das empresas integrantes do Projeto Grande Carajás em São Luís.

3.2 São Luís na Rota de Grandes Projetos Industriais.

A análise da localização do Programa Grande Carajás (P.G.C.) em São Luís será empreendida pelo exame de condições específicas do processo de acumulação de capital da indústria do alumínio e de acordo com a dinâmica efetivada na Região Norte. Neste sentido, devem-se examinar alguns aspectos que, segundo José Cursino Raposo Moreira, em sua tese, "A implantação da Alcoa em São Luís", de 1989, correspondem a seus determinantes gerais, tais como: o suprimento de energia elétrica, a política de apoio e incentivos para a implantação do Programa Grande Carajás (P.G.C.), as condições geográficas de São Luís e a importância do espaço construído de São Luís para a instalação do P.G.C.

Em relação ao primeiro aspecto, o governo brasileiro assumiu a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí como um projeto primariamente indutor de decisões de investimentos de capitais individuais na Região Norte, antes mesmo da existência de mercado assegurado para a energia que ele geraria. Partiu para a concretização de um projeto hidrelétrico que foi primordial para o desenvolvimento industrial da região e do Brasil, com a instalação de novos projetos como o Programa Grande Carajás.

De acordo com o esquema institucional do Setor Elétrico Brasileiro, controlado pela Eletrobrás, havia uma divisão de áreas de influências dos sistemas regionais de geração e transmissão de energia elétrica no país, as quais correspondiam à existência de quatro empresas de âmbito regional: Eletrosul, para a

Região Sul, Furnas, para o Sudeste, CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), para o Nordeste e Eletronorte, para a Região Norte.

Até março de 1980, o Maranhão estivera sob influência da CHESF, mas a partir desta data, o Estado fazia parte da área de influência da Eletronorte, segundo a Portaria 1654, de 13 de agosto de 1979.

Segundo Moreira (1989, p. 128):

Mediante a qual a Eletronorte foi autorizada a, nos seus contratos de fornecimento de energia elétrica a produtores de alumínio, conceder-lhes desconto de tarifa em relação aos consumidores de sua categoria na ordem de 15%, isto é, na Região Norte, os produtores de alumínio passariam a ter um desconto tarifário, no percentual acima mencionado, que não gozariam na hipótese de implantarem-se em outras áreas.

A esse benefício estabeleceu-se autorização para incluírem-se nos contratos de fornecimento aos produtores de alumínio *“cláusulas asseguradoras de um teto de 20% do preço internacional do produto nos seus dispêndios com energia elétrica, durante um período de 20 anos”*. (MOREIRA, 1989, p. 128).

Desse modo, a cidade de São Luís passa a dispor de potencial hidrelétrico da Amazônia, adquirindo condições de suprimento desse insumo para projetos de alumínio que viessem a se implantar na área.

Assim é que em julho de 1980 a Alcoa e a Eletronorte assinam o primeiro contrato de fornecimento de energia para a produção de alumínio no Norte.

De acordo com Moreira (1989 p. 130):

Com reserva de 306 mW para a etapa produtiva de 200.000 toneladas do projeto de São Luís. Nesse contrato o desconto da tarifa foi estabelecido em 10% e não de 15% em vista da distância maior das linhas de transmissão de Tucuruí a São Luís, 600 km.

Nos termos da Portaria 1654/79, fica claro o objetivo de adequar o espaço maranhense às necessidades do setor produtivo do alumínio, isto é, situa-lo no setor de acumulação dessa indústria, haja vista a exclusividade concedida à Eletronorte para celebração de contratos nos termos dessa Portaria. São Luís, agora, se

encontrava em condições de oferecer igualmente a outros pontos de região um desses principais subsídios (a energia elétrica de Tucuruí com desconto de 10% de tarifa), tornando-se, ela mesma, também um espaço adequado às necessidades da acumulação da indústria do alumínio. Isto é, São Luís se encontrava, não só interligada em termos físicos ao sistema elétrico de Região Norte, como também em termos de sua política econômica.

Quanto à política de apoios e incentivos (o segundo aspecto), o Programa de um modo geral é uma tentativa de promoção do desenvolvimento regional integrado na Amazônia Oriental, mediante combinação de seus recursos de infraestrutura, minerais, agrícolas, pecuários, pesqueiros, florestais, com vistas a execução de empreendimentos basicamente voltados para a exportação.

Inicialmente sua ação se basearia fundamentalmente na institucionalização de um amplo regime especial de incentivos tributários e financeiros (Decreto Lei 1813, de 24/11/1980) para empreendimentos que fossem considerados, por um Conselho Interministerial criado para administrá-lo, como dele integrantes e que tais empreendimentos pertencessem a diversas áreas de atividade econômica. (MOREIRA, p.132, 1989).

Nessa definição então, caberiam os projetos de alumínio. E, em sua área de abrangência, estava incluída a cidade de São Luís. Assim, o Projeto da Alcoa naquela cidade também poderia beneficiar-se dos incentivos concedidos pelo P.G.C.

Os incentivos tributários concedidos pelo Programa, segundo legislação específica, consistem na isenção ou redução do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados (I.P.I.), incidentes sobre equipamentos, máquinas, veículos, aparelhos, etc., sem similar nacional deferidos aos empreendimentos dele integrantes (Ato Declaratório N° 04/81).

A Administração Federal assegurou a tais empreendimentos "tratamento preferencial" no que tange a concessão, arrendamento e titulação de terras públicas ou mesmo desapropriação de terras particulares necessárias à execução dos projetos, licença ou concessão para a construção e operação de instalações portuárias, contratos de fornecimento de energia elétrica e transporte fluvial, cessão ou arrendamento de direitos de exploração mineral ou florestal, autorização, emissão de guias e concessão de financiamentos

para exportação, concessão de aval ou garantia de Tesouro Nacional ou de instituições financeiras públicas para empréstimos externos e até para participação com recursos públicos no capital social (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1988, p.08).

Esses incentivos podiam ser concedidos às pessoas jurídicas que estivessem se instalando, e também ampliando ou modernizando empreendimentos nessa área, cujo prazo seria expirado em 31 de dezembro de 1991. Também ficou estabelecido que o Imposto de Renda não pago por força da sua isenção deve ser utilizado para investimento no próprio empreendimento beneficiário da isenção ou em outro integrante do Programa Grande Carajás.

O projeto Alcoa, como parte integrante do P.G.C., beneficiou-se dos incentivos e foi denominado em 23 de novembro de 1981 pelo Conselho Interministerial do Programa como Projeto São Luís. Assim é que teria juntamente com a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) a isenção do Imposto de Renda por 10 anos, isenção do IPI nas aquisições de máquinas e equipamentos nacionais realizadas no mercado interno junto aos respectivos fabricantes, bem como manutenção do crédito do IPI referente a matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem (Ato Declaratório N° 04/81).

Foi conferido também ao Projeto São Luís o "tratamento preferencial" (apoio político), pois este lhe facilitaria operações como emissão de guias, financiamentos, etc, e a isenção do ICM nos termos do convênio ICM n° 09/75.

Assim, no início de sua implantação, a "Alcoa levantou junto a um consórcio de 28 bancos liderados pelo City Bank, U\$ 750 milhões, em outubro de 1980". (ALCOA ALUMÍNIO S.A. Relatório Anual, 1981, p.5). Esses recursos somados a outras fontes de diversas naturezas se destinariam a construção da primeira fase de 100.000 toneladas que seria inaugurada em 1984. Dentre essas fontes estava a Billiton Metais S.A., subsidiária da Shell para o alumínio, que em

fevereiro de 1981 se associara a Alcoa. Segundo este mesmo Relatório, *“passando as duas firmas, a partir dessa data a constituírem o chamado Consórcio Alumar, agora o titular do Projeto São Luís na proporção de 60% para a Alcoa e 40% para a Billiton”*.

Em julho de 1984 o P.G.C. aprova o projeto de expansão, basicamente financiado pela isenção de Imposto de Renda da Camargo Correa que, mediante esse mecanismo, se tornara possuidora de 35% do capital da Alcoa Alumínio S.A., numa operação de U\$ 235 milhões (Ato Declaratório 18/84). A inauguração dessa fase aconteceu em março de 1986. A rapidez na execução desse projeto demonstra a importância do papel desempenhado pelos incentivos concedidos pelo governo em São Luís junto a Alcoa.

O projeto da Alcoa em São Luís também recebeu apoio da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Esta aprovação significaria a possibilidade de utilizarem-se os benefícios do Imposto de Renda proveniente de outros empreendimentos da própria Alcoa ou de outras empresas, no projeto São Luís, mediante o mecanismo do FINOR (Fundo de Investimentos do Nordeste). Também reconhecido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (C.D.E.) como de relevante interesse nacional, e suas conseqüentes expansões.

A transferência do Maranhão para a área de influência da Eletronorte e o fornecimento de energia subsidiada a produtores de alumínio por essa empresa além dos incentivos do P.G.C., transformaram ou constituíram o Maranhão como um espaço incorporado pelo movimento do capital da indústria do alumínio. Conseqüentemente, a cidade São Luís, mediante os efeitos desses elementos, se constituiu como uma opção para a localização de projetos que viessem a constituir o pólo de alumínio do Norte do Brasil.

Tratando-se das condições geográficas, o terceiro aspecto discutido por Moreira (1989), a Ilha do Maranhão (ou Ilha de São Luís) na qual está localizado o município de São Luís, é banhada pelo oceano Atlântico ao Norte, pela Baía do Arraial e Estreito dos Mosquitos ao Sul, pela Baía de São Marcos a Oeste, pela Baía de São José à Leste.

Quanto às determinantes gerais de natureza material ou político-institucional como: o sistema de geração e distribuição de energia elétrica de Tucuruí, o esquema tarifário da Portaria 1654, a inclusão do Maranhão sob área de influência da Eletronorte e o aparato de incentivos do Projeto Grande Carajás, somam-se os fatores de ordem natural, como terminais portuários adequados a operações de navios de grande porte, grandes áreas disponíveis, totalmente imunes a enchentes ou inundações, certas características do solo quanto a fundações e topografias, e outras. Sendo assim, São Luís apresentava se não todas, mas muitas das condições necessárias e relevantes para a implantação do Projeto.

Em relação à construção de um porto de águas profundas, suporte indispensável para o trânsito das riquezas, a cidade de São Luís possuía as condições naturais adequadas (localização, profundidade, ausência de vendavais e terremotos, solo, água, etc.). Na confluência do Rio dos Cachorros com o Estreito dos Coqueiros, bem ao norte da Ilha Tauá Mirim foi construído o porto da fábrica do Consórcio Alumar. Dali, todos os dias toneladas de alumina partirão para outros portos do Brasil e do exterior. E muitas toneladas de bauxita, carvão e demais matérias-primas estarão chegando de Trombetas, no Pará, e de outros portos de fornecimento.

O equipamento do porto era a última palavra em tecnologia. Através de caçambas automáticas é possível retirar a bauxita dos porões dos navios e

transportá-la com grande eficiência até os depósitos da indústria. Além de moderna tecnologia, a pequena distância entre o porto e a fábrica de alumina no Distrito Industrial de São Luís, é outro fator positivo permitindo considerável diminuição dos custos de transporte.

A previsão do movimento do porto para o ano de 1984 foi de “100 navios, mas esse número deverá atingir cerca de 334 embarcações por ano, à medida que a fábrica entrar em franca atividade e nas expansões. O canal de atração permite a ancoragem de embarcações de até 50.000 toneladas”. (BOLETIM INFORMATIVO, 1988 p.3).

A Baía de São Marcos apresenta áreas com largura e profundidade adequadas para o atracamento e espera dos graneleiros com capacidade superior a mil toneladas, porte bruto. Foi nesta Baía que se construiu o Porto do Projeto Ferro denominado Porto da Ponta da Madeira, por decisão da Companhia Vale do Rio Doce (C.V.R.D.) no sentido de embarcar o minério de ferro de Carajás por esse porto em São Luís.

A Alcoa e a CVRD encontraram na cidade de São Luís as condições necessárias para sediar o seu tipo de empreendimento, os projetos de suas Indústrias. Na escolha do local da implantação do Projeto pesa muito também a sua localização em relação aos mercados consumidores. Tanto para a alumina quanto para o alumínio, os insumos não são produzidos no Maranhão, como o piche, a soda cáustica, a criolita, os fluorados, o coque do petróleo, etc., alguns deles são até importados. Assim, suas fontes de suprimentos são o Nordeste, o Centro-Sul do país e o exterior.

Diante do exposto, a situação portuária de São Luís, o seu chamado “Complexo Portuário da Área do Itaqui”, se apresentava como altamente vantajosa.

Segundo BOLETIM INFORMATIVO ALUMAR (1988, p.3):

O Complexo Portuário da Área do Itaqui se situa a 1.900 milhas do Porto do Rio de Janeiro e a 378 milhas do Porto de Belém. Sua posição na costa Norte brasileira é privilegiada, por estar no centro, colocando-se, por outro lado, como um dos mais próximos dos Estados Unidos, Japão e Europa. Da mesma forma se coloca para os mercados consumidores internos: São Paulo, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro; e nas vendas para os Estados Unidos.

Nas palavras de MOREIRA (1989, p.142):

A definição do "Complexo Portuário da Área do Itaqui" se encontra na proposta de criação da Zona de Processamento de Exportação do Maranhão de janeiro de 1989. Segundo essa definição, baseado nos níveis de importância geo-econômica e de operação dos portos maranhenses, o Complexo Portuário do Itaqui é de interesse nacional e internacional e é formado pelo Porto Comercial do Itaqui, localizado na parte Oeste da Ilha de São Luís, na Baía protegida pela Ponta da Madeira, pelo Terminal de Embarque de Minérios da Ponta da Madeira, na Baía de São Marcos, junto ao Porto do Itaqui e a 10 km a Sudoeste da cidade de São Luís; e pelos Terminais Portuários do Complexo Industrial do Consórcio Alumar, situado ao sul do Porto do Itaqui.

Portanto, São Luís preenchia uma exigência fundamental para a implantação da indústria do alumínio: possuir pronto ou oferecer a possibilidade natural para a implantação de terminal portuário para todos os tipos de embarcações que transporta seus materiais.

A decisão da Alcoa foi de construir um terminal portuário próprio, localizado a 5 km de seu complexo industrial de São Luís, onde recebe bauxita do Porto de Trombetas, carvão importado e outros insumos necessários ao seu funcionamento e por onde embarca a alumina e o alumínio produzidos, beneficiando-se da localização portuária da cidade.

A topografia da cidade de São Luís também foi outra condição favorável ao Projeto. A Alumar implantou sua fábrica num terreno plano e pouco acidentado o que exigiu pequena movimentação de terras e principalmente permitiu adotar fundações diretas na maior parte de suas edificações e instalações de equipamentos. Entretanto, a escolha da área para implantação da fábrica foi objeto de controvérsia na época da instalação do projeto.

Alain Juan Pablo Belda Fernandez, presidente da Alcoa, em sua palestra proferida no Seminário sobre Política Industrial, realizada em São Luís pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Maranhão, em julho de 1980 sob o título, O Projeto Alumar e Perspectivas para o Maranhão, afirma:

No início de suas negociações com o governo do Maranhão, das quais resultou uma Carta de Intenções assinada entre a Alcoa e o Estado, em 22 de janeiro de 1980, a empresa solicitou-lhe uma área de 3.500 para 10.000 ha. A área de 3.500 ha representa 3,37% do total aproximado de 90.500 ha da Ilha de São Luís, nas quais estão computadas as áreas de influência de maré, ou 4,65 de toda a ilha, quando se exclui tais espaços. Já as relações com o pedido de 10.000 há, em termos das mesmas considerações de inclusão ou exclusão das áreas de influência de maré, são 11,05% e 13,29%, respectivamente. Em relação à dimensão do Distrito Industrial de São Luís da época o pedido da Alcoa correspondia a 52,65% da sua área total.

A localização do projeto dentro dos limites da Ilha de São Luís também foi outro ponto que provocou acirrados debates em escolas e universidades e alguns movimentos junto à população, criando-se até um "Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, liderado pelo intelectual José Nascimento Moraes Filho. Isto se deu na medida em que a implantação provocaria um conflito entre a variável meio ambiente e qualidade de vida da população. Como confirma FERNANDEZ (1980, p.03):

As justas preocupações quanto ao meio ambiente se reportavam aos impactos do processo produtivo em relação ao uso futuro das águas subterrâneas e às atividades de reflorestamento na área do projeto e aos seus possíveis efeitos sobre os ecossistemas de mangues e estuários existentes no entorno, provenientes dos "Lagos de Lama" da fábrica. Também há os perigos decorrentes das emissões gasosas do dióxido de enxofre que nas condições de alta pluviosidade e umidade de São Luís se transformam em ácido sulfúrico que, acaso se precipitem sobre a região, comprometerão seus recursos hídricos e espécies animais e vegetais.

Preocupado com os efeitos nocivos dessa indústria e engajado na luta pela preservação das riquezas naturais de São Luís, do meio seu meio ambiente, o Comitê de Defesa da Ilha lança, junto a estudantes, pessoas simpatizantes ao movimento ecológico e a imprensa, campanha contra a instalação da Alcoa na cidade. O Jornal Pequeno noticiou no dia 06 de dezembro de 1980 que:

O Comitê de Defesa da Ilha de São Luís enviou, ontem, ofício à Secretaria de Planejamento – SEPLAN, pedindo que sejam passados por certidões

todos os contratos feitos entre o Estado do Maranhão e a Alcoa do Brasil S/A, para poder instruir uma ação popular contra a instalação da usina de alumínio e alumina nesta capital.

O coordenador do Comitê, José Nascimento Moraes, informou que até o final do ano será realizado um simpósio sobre meio ambiente com a presença de especialistas e a Alcoa e de vários Estados. O escritor mostrou um dos trechos do relatório que faz sérias advertências à instalação da Alcoa na Ilha de São Luís. [...].

Entrevistado pelo Jornal Pequeno, o deputado Pedro Novais se colocou também contra a Alcoa, e sob o título, *Novais: Alcoa quer mais favores do Governador*, o Jornal publica no dia 19 de janeiro de 1981 na página 17:

Ao ser indagado sobre o episódio que se relaciona com a chegada e a recepção oferecida pelo Governo do Estado ao embaixador norte-americano, o Senhor Robert Sayre e ao presidente internacional da ALCOA, mister Kronme George, o deputado Pedro Novais, declarou que se encontra em São Luis uma gang capitalista internacional da qual fazem parte o embaixador dos Estados Unidos e o presidente internacional da ALCOA, o patrão do senhor Alain Juan Pablo Belda Fernandez. A gang internacional da ALCOA, *que realizará mais uma negociata nos subterrâneos do palácio dos Leões [...].* “Assim, até benefício o governador pretende conceder agora [...]”.

Para festejar o evento, foram programados banquetes e recepções. O povo que se lixe. Os barnabés que continuem com seus miseráveis salários sendo engolidos pela inflação. O ICM que o governo vai dar à ALCOA mensalmente daria para tirar o funcionalismo público estadual da subnutrição e da miséria.

O último aspecto se refere à importância do espaço construído em São Luís para a instalação do P.G.C. Segundo Diniz, o espaço é construído a partir da *“produção de mercadoria, pois esta é simultânea à produção do espaço e isto corresponde à modificação da natureza pelo homem através do trabalho e, portanto, em permanente movimento e mudança”* (DINIZ, 1987, p.12). É essa dinâmica (homem x natureza; trabalho x mudança) que vai se produzir o chamado espaço construído.

A implantação de um Distrito Industrial em São Luís criou as condições específicas para a realização de um processo de industrialização previamente organizado. Foi planejado para abrigar tanto uma usina siderúrgica e seu porto

quanto as futuras outras empresas de porte médio e/ou pequeno em função da usina que viesse a seguir.

A decisão da Companhia Vale do Rio Doce (C.V.R.D.) em realizar o Projeto Ferro, integrante do Programa Grande Carajás, segundo a concepção de um complexo Mina-Ferrovia-Porto, deu um grande impulso no processo de construção de um espaço industrial em São Luís. Foi construída a estrada de ferro de 890 km, que se estende em sua grande parte no território maranhense, ligando as minas de ferro da Serra de Carajás até a cidade de São Luís e também o Porto de Embarque/Desembarque, localizado na área industrial de São Luís.

Assim, internamente, a cidade se preparou materialmente para um processo de implantação de empresas, e, ao mesmo tempo se incorporaria, por ligação ferroviária, a área de ocorrência da matéria-prima do alumínio, situando-se pois, no circuito do seu espaço produtivo.

O processo de urbanização avançou na cidade de São Luís sob todos os aspectos, dando-lhe condições para oferecer suporte a um processo de industrialização. Na condição de capital de um Estado, São Luis disporia dos serviços de comunicação, intermediação financeira, educação, saúde pública, lazer, etc., o que se constituía numa alternativa atraente para os grandes empreendimentos da indústria do alumínio.

A implantação do Projeto Grande Carajás através dos projetos de suas várias empresas como a Alcoa, CVRD e Eletronorte vieram concretizar a inserção do Maranhão no pólo produtor do alumínio do Norte do Brasil, levando, por outro lado, o Estado a ter uma nova forma de participação na divisão nacional do trabalho e a ter o primeiro contato com o capital multinacional e de natureza oligopolista atuando diretamente em seu território. Deixando bem claro, porém, a dependência do Estado

e do Brasil, em relação ao capital estrangeiro, isto é, a dependência de um país subdesenvolvido em relação aos países detentores da hegemonia do capital.

3.3 A influência do Projeto Grande Carajás no Processo de Ocupação do Solo Urbano de São Luís nas Décadas de 1970 e 1980

A instalação de indústrias neste período foi um dos principais fatores de influência na expansão territorial e crescimento populacional de São Luís. À medida que as fábricas iam se instalando, surgiram também novas concentrações populacionais ao seu redor. Essas concentrações começaram com os próprios operários das indústrias que julgavam ser mais fácil e prático fixarem moradia próxima aos locais de trabalho. Dessa forma foi se consolidando a ocupação de espaços desabitados. Depois da implantação da Vale do Rio Doce e ALUMAR a cidade de São Luís cresceu de acordo com o período de crescimento do setor industrial. Além dos empregados trazidos pelas próprias empresas, um contingente significativo de pessoas foi atraído para a capital principalmente pela perspectiva de emprego. A cidade não estava preparada para abrigá-los. A especulação imobiliária cresceu, os preços de venda e aluguel de imóveis aumentaram. Alguns moradores do centro da cidade foram deslocados para outros bairros como Anjo da Guarda e Vila Embratel para dar lugar aos empregados das empresas, outros ocuparam áreas próximas do centro e outros locais mais distantes, originando favelas e invasões na periferia da cidade.

O processo de expansão, lento até a década de 50, período em que surgiram os bairros do Matadouro, Monte Castelo, João Paulo, Jordoa e Sacavém, ganha força com a construção das pontes José Sarney (ou São Francisco) e Newton Bello (ou do Ipase), em 1970, que facilitaram o deslocamento da população para a

área norte-nordeste de São Luís. A construção da barragem do Bacanga e do Anel Viário também favoreceu a ocupação das regiões circunvizinhas. O asfaltamento da BR-135 (Estreito dos Mosquitos) possibilitou um maior fluxo de pessoas oriundas de outras regiões do Maranhão e do Brasil para o centro urbano de São Luís nas décadas de 1970 e 1980.

Referindo-se ao aumento populacional do período acima citado, o *Jornal Pequeno* no dia 1º de novembro de 1980, página 05, publica:

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE-MA deu a conhecer, ontem, os resultados preliminares do censo de 1980 no Maranhão.

De acordo com os dados preliminares... os dados oficiais serão divulgados pelo presidente da República... o Maranhão que no censo de 1970 apresentou 2 milhões, 992 mil e 686 habitantes, agora está com quatro milhões, 045mil e 320 habitantes.

O Dr. Antonio Rufino declarou ao *Jornal Pequeno* que acredita que o Maranhão seja o Estado que mais cresceu, em termos populacionais, em toda a região nordeste.

Foram recenseados em São Luís, 447.750. Em 70 a população da capital atingia 265 mil habitantes.

Com a intensificação da ocupação do solo urbano de São Luís, aumentou a necessidade de organização desses novos espaços. As cooperativas habitacionais e os incentivos do BNH possibilitaram a construção de bairros residenciais na cidade. Paralelo a esse processo dá-se a ocupação de terrenos nas áreas do São Francisco, Olho D'água, Turú e Calhau, caracterizado como garantia de futura especulação imobiliária.

A própria dinamicidade do processo de industrialização interfere, influencia na organização do espaço urbano criando novas cidades, expandindo e/ou incrementando as já existentes. Como enfatiza Milton Santos (1994, p. 11): *"O termo industrialização não pode ser entendido unicamente como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua ampla significação, como processo social complexo atuando no processo de urbanização"*.

Em 1974 foi estabelecido pelo poder público o Plano Diretor com o objetivo de ordenar a acelerada expansão urbana de São Luís, assim como organizar o setor de transportes no município.

Em 1984 o Convênio nº 417/56/82 foi assinado pelo Ministério do Interior, Governo do Estado e prefeituras de São Luís, Paço do Lumiar e São José de Ribamar para a implantação das Unidades de Administração de Subprojetos, de caráter econômico e que deu origem ao Perfil de Aglomeração Urbana de São Luís que, estudando as potencialidades econômicas da cidade *“constatou a necessidade de investimentos em emprego, infra-estrutura urbana e comunitária e na própria administração municipal”* (FERREIRA, 1993, p. 40).

A chegada da Vale do Rio Doce na década se setenta e da ALUMAR na década de 80 em São Luís causou grande impacto. Em 1981, com as máquinas e trabalhadores recrutados para as obras do Porto da Madeira e, mais tarde, com a chegada dos trens, a paisagem da cidade começou a mudar. Entretanto, essa mudança não era um desejo de todos, mesmo entre os que estavam indo para lá.

Cândido Cotta Pacheco, ex-presidente da Valesul (apud Mayrink, 2002, p. 165) diz:

O pessoal trazido do Sul tinha certa atitude de rejeição à cidade. O tratamento geral era ruim, o lugar sujo, a região quente e úmida e muito mosquito. Não tinha rede de supermercado, só um mercado central, onde se podia comprar peixe, essas coisas. Não havia muitas opções de restaurante. Eu vim de Curitiba, que era uma beleza de cidade. Passei por Vitória, que tinha problemas de esgoto a céu aberto e inundações, mas achava que não se podia ir à terra dos outros para criar problemas. Hoje, São Luís está muito diferente.

A disputa entre Maranhão e Pará pela construção do porto foi bastante acirrada, gerou também muitas “alfinetadas” e insinuações de favorecimentos, o que provocou até a criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Câmara. Todavia, as vantagens naturais e econômicas suplantaram os problemas

políticos. O porto no Maranhão, em São Luís, apresentava condições excepcionais, uma posição estratégica, apesar da variação das marés, duas vezes ao dia e das correntes muito fortes.

Segundo Mayrink (2002, p. 165):

Localizado na Baía de São Marcos, com boa visibilidade e raras ocorrências de nevoeiro, está fora da rota de tempestades e ciclones tropicais. Seria o único na costa do Norte do Brasil com profundidades (24 metros em maré baixa, 40 metros em maré alta) adequadas aos grandes graneleiros com cerca de 300 mil toneladas.

Também estava mais perto de seus principais mercados consumidores (Europa e Estados Unidos) e o minério a ser explorado era de altíssima qualidade, com alto teor de pureza. Em 1981 inicia-se então, a construção do Porto de Ponta da Madeira pela Companhia Vale do Rio Doce.

As obras do porto na Ponta da Madeira terminaram em 1985, quando foram embarcadas, em caráter quase experimental, cerca de setecentas mil toneladas de carga (seiscentas mil de minério de ferro). Em 1986 marcou o efetivo começo das atividades portuárias no Sistema Norte da Vale registrando-se a exportação de 11,8 milhões de toneladas.

Nas palavras de Mayrink (2002, p. 180):

Pronto, o porto custou 14% dos 2,9 bilhões de dólares aplicados na instalação de todo o Sistema Norte. No Maranhão a C.V.R.D. gerou 1.300 empregos diretos e 1.200 indiretos num primeiro momento.

Assim, a implantação de grandes projetos industriais como a C.V.R.D. e a Alumar, em São Luís, deu origem a novos núcleos habitacionais para suprir as necessidades dos seus empregados e de pessoas que, atraídas pelas “promessas” ou possibilidades de emprego, se deslocaram de seus locais de origem, provocando um crescimento populacional que a cidade não estava preparada para suportar. Apesar de iniciado no século XIX, a implantação de indústrias em São Luís intensifica-se nas últimas décadas do século XX, como comprovam os dados

fornecidos pelo CEAG-MA (Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Estado do Maranhão):

Dos 263 estabelecimentos industriais cadastrados e sediados na Ilha do Maranhão, somente 86 haviam se instalado antes de 1970; 67,4% se instalaram durante a década de 70, o que comprova o aspecto recente do incremento de tal atividade (apud Ferreira, 1993, p. 40).

O depoimento de Maria de Fátima Barroso Santos (apud Mayrink, 2002, p.180), secretária da Gerência Geral de Polarização de São Luís, deixa claro a necessidade de infra-estrutura habitacional, entre outras, para abrigar os novos moradores da cidade. Declara o seguinte:

A Vale chegou aqui como coisa do primeiro mundo, dona do pedaço do Maranhão. Ela encareceu muito o custo de vida do maranhense por gerar empregos, e a demanda por casas para alugar aumentou e havia poucas. Seus empregados eram respeitadíssimos, como se ganhassem melhor do que todo mundo. Não era bem isso, mas de certa forma [...]. Tudo ficou mais difícil para quem não era empregado da Vale. Mas este é o preço que se tem que pagar quando uma cidade começa a se desenvolver.

Diz ainda Paulo Alexandrino de Azevedo (apud Mayrink, 2002, p. 181), ex-engenheiro de Projeto e Obras:

Antes de a Vale chegar a São Luís, o maior patrão era o governo. Quando passamos a usar uniforme da empresa, aconteceu uma coisa no comércio da cidade: as lojas faziam um preço pra mim e, outro, mais barato, para minha mulher. Acreditavam que a Vale pagava melhor pelo meu emprego.

Segundo as estimativas da Vale, "os empregos diretos deveriam subir para 5.300, conforme fosse ocorrendo uma verticalização da produção de minérios". Aqui, foi construída, pela Mineração Tucuruí, controlada pela Vale, uma usina de pelotização¹, que ficou pronta em 2002, "criando 1.800 empregos durante a construção". (MAYRINK, 2002, p.182)

A construção do porto, da estrada de ferro São Luís - Carajás, da usina de pelotização, provocou em São Luís: "um aumento de população muito maior - de

¹ A pelotização é um processo de aglomeração que, através de um processamento térmico a alta temperatura, converte partículas ultrafinas de minério de ferro em esferas de tamanho e qualidade adequados a utilização nos reatores siderúrgicos.

450 mil habitantes, em 1980, para cerca de 700 mil, em 1991 - do que a média das capitais brasileiras". (MAYRINK, 2002, p. 182)

Em suma, à medida que iam se implantando, as indústrias atraíam população para mão-de-obra, como aconteceu desde as primeiras indústrias. Por essa razão, cresceu também a atividade da construção civil, favorecendo, ainda mais as modificações na paisagem urbana de São Luís. O Projeto Grande Carajás e a Alumar, por exemplo, "forçaram" o Governo do Estado a implantar conjuntos habitacionais, através do SFH (Sistema Financeiro de Habitação) e/ou de empresas privadas.

A implantação dos grandes projetos industriais, ocasionada principalmente pela localização geográfica excepcionalmente favorável, proporcionou uma acelerada urbanização de São Luís. Sua expansão, no entanto, apresentou graves problemas referentes à ocupação do solo, acarretando em modificações no perfil urbano da cidade, trazendo também problemas ambientais.

Como afirma TSUJI (1993, p. 66):

A incorporação de novas terras no sistema produtivo se, de um lado tem acarretado um aumento da produção, de outro tem provocado um processo de migração campo-cidade, agravando, ainda mais, a situação das áreas urbanas: formam-se aglomerados populacionais em precárias condições de saúde, educação e bem estar, bem como de irrisório poder aquisitivo.

Ao serem implantados, os grandes projetos receberam apoio e incentivos, privilégios de toda ordem, inclusive espacial. O Consorcio ALUMAR, por exemplo, engloba uma área de 100 km² e a CVRD, ocupa 22,31 km², gerando problemas humanos e ambientais.

TSUJI (1993, p. 65), complementa:

Além do mais, a instalação desses projetos fez surgir problemas sociais decorrentes da desapropriação das terras, dos cultivos e das habitações, as quais foram feitas em bases não condizentes com o real valor de subsistência dos mesmos; fez alterações no meio ambiente que resultam em dificuldades à sobrevivência para alguns segmentos da população.

Com o crescimento da população de São Luis agrava-se o problema da expansão urbana através de formas de uso e posse da terra. A solução para a maioria da população foi a ocupação de áreas periféricas, invadindo terrenos públicos ou privados e áreas de mangues, próximas do centro urbano, gerando conflitos. A população cresceu de modo inversamente proporcional ao oferecimento de serviços básicos como saneamento, moradia, educação, saúde. Muitos bairros surgiram, cresceram e até se desenvolveram em áreas típicas de ecossistema de mangues como Sá Viana, Vila Embratel, Vila Nova, Anjo da Guarda, para onde populações inteiras foram deslocadas em detrimento de certos privilégios de alguns grupos sociais ou interesses empresariais.

Nota-se ainda, que a demanda de terrenos provocou um processo de verticalização da cidade de São Luís, com a construção de prédios residenciais e também de condomínios, mas que são construídos em áreas nobres (de alto valor imobiliário e melhor infra-estrutura), restringindo-se às camadas mais abastadas. A população de classe baixa, a massa trabalhadora, fica distante de locais de trabalho, residindo em regiões periféricas, isto é, mais afastadas, marginalizadas de serviços públicos de melhor qualidade, da educação, saúde e lazer. Segundo Campos Filho (1992, p. 59):

Os poucos recursos públicos disponíveis são assim majoritariamente usados nas áreas que já possuíam infra-estrutura, mantendo-se a periferia, onde moram as populações pobres, ou mesmo as classes média e baixa, na precária situação de sempre, com melhorias ocasionais, pontuais, com alguma infra-estrutura, em alguns poucos bairros ou ruas. Pior do que isso, ainda são eles os financiadores/doadores de renda mais acelerada.

Na política habitacional desenvolvida no Brasil e em particular no Maranhão em sua capital, constata-se uma sistematização de atividades estruturadas de acordo com os interesses específicos de um determinado grupo, em

determinada localidade, visando à melhoria dessa população, geralmente a classe média ou média alta.

O espaço torna-se, então, uma mercadoria. Significa dizer que na produção do espaço urbano, o que vale é a propriedade privada, a sua valorização no mercado. Quanto mais caro, mais "nobre", melhor infra-estrutura. Mantendo-se a periferia, onde moram as populações pobres desprovidas de infra-estrutura ou de qualquer tipo de assistência dos governos.

4 O IMPACTO DA INSTALAÇÃO DA ALCOA NA ILHA DE SÃO LUÍS A PARTIR DO ENFOQUE DO JORNAL PEQUENO

O objetivo deste capítulo é, a partir de algumas edições do Jornal Pequeno de 1980, discutir o impacto da implantação da ALCOA em São Luís, considerando o posicionamento do jornal em relação à questão. O Jornal Pequeno foi escolhido por oferecer um contraponto à imagem de progresso veiculada a implantação de grandes indústrias. Seu histórico de combate ao político José Sarney e seus seguidores (incluindo-se aqui o então governador João Castelo e o deputado federal Luís Rocha) reforça, naquele momento, o caráter de denúncia dos problemas que seriam trazidos pela ALCOA.

Em suas manchetes o jornal deixa clara a preocupação com os efeitos “negativos, nocivos e irreversíveis” dessa empresa para o meio ambiente, além de interferir em questões relacionadas a oferta de emprego, apropriação e desapropriação de terras. Deixa explícito também o seu posicionamento e as suas relações com o governo João Castelo ² criticando as políticas empreendidas na sua administração junto as multinacionais e denunciando alguns dos seus colaboradores.

Como exemplo faz-se a transcrição de um texto do Jornal do dia 21 de outubro de 1980, p.02, cujo título é: “A Farsa da Alcoa”:

No lançamento da pedra fundamental da usina da Alcoa, pelo seu capataz Alain Belda, estavam presentes o deputado federal Luís Rocha, o deputado estadual José Carlos Carvalho Branco, o Dr. José Burnett da Silva, Chefe do Gabinete Civil, o Prefeito Roberto Macieira, Arymatéia Athayde, José Joaquim Ramos, Secretário de Indústria e Comércio, Darson Dogoberto Duarte, Secretário de Recursos Humanos, Tecnologia e Meio Ambiente, e outros figurões do Governo João Castelo.

O povo de São Luís deve gravar bem esses nomes e principalmente dos deputados Luís Rocha e José Carlos Carvalho Branco, que não merecem seu voto, repudiando-os nas urnas. Luís Rocha é partidário fanático de José

² João Castelo Ribeiro Gonçalves foi eleito governador do Maranhão no período de 1977 a 1982 pelo voto indireto, sendo filiado ao Partido Democrático Social – PDS.

Samney que trouxe a Merk e, agora, a ALCOA para poluir a nossa ilha, transformando-a em lixeira.

Ainda na mesma notícia, o Jornal Pequeno critica veementemente a postura política de Luís Rocha³. Numa alusão ao seu passado de lutas estudantis e posturas consideradas “de esquerda”, apresenta o contraponto naquele momento acusando-o de traidor por fazer parte do governo João Castelo, com se pode constatar pelo que segue:

Quando universitário, assinou manifestos estudantis e não escondia sua simpatia pelo esquerdismo. Ontem, na época das vacas magras, combatia as multinacionais. Hoje, de estômago cheio e gorducho, atraçou os estudantes, firmes e decididos na luta contra a ALCOA, irredutíveis na defesa de São Luís.

Em seguida, na mesma página, o jornal historiciza, em tom épico, momentos da trajetória da cidade. Direcionando-se à maioria da população desprivilegiada, lembra de sua tradição combativa ao longo da história e discorre, de acordo com o seu ponto de vista, sobre algumas “personalidades” do governo vigente:

Sua gente tradicionalmente brava, que expulsou holandeses e franceses, na salvaguarda da liberdade da terra, posicionou-se destemerosamente contra outro aventureirismo – a ALCOA, com todo o beneplácito do governador João Castelo.

O Sr. Luís Rocha esqueceu a fase da barriga vazia, revelando-se um intransigente adversário dos grupos econômicos internacionais. Mudou radicalmente. Tomara-se um novo rico e, como tal, não poderia faltar ao festim da ALCOA, de cujos dólares necessita para o financiamento de sua candidatura a algum cargo eletivo.

José Burnett, saudosista do conforto do Parlamento [...], espera que a ALCOA lhe custeie a eleição para a Câmara dos Deputados, comprando o mandato político que tanto deseja.

Darson Dagoberto Duarte, integrante da Comissão nomeada pelo governador para emitir parecer sobre o projeto ALCOA, discordou de sua implantação na Ilha, prejudicial ao meio ambiente. Mas durou muito pouco o seu ponto de vista. Cedeu à forte pressão governamental, capitulando, passando a formar o lado dos comprometidos com os interesses da ALCOA.

Para ele o cargo de Secretário muito bem remunerado, proporcionando-lhe uma série de vantagens, vale mais do que a saúde humana, a proteção da natureza, a sobrevivência da Ilha.

³ Luís Rocha, deputado federal no governo de João Castelo, será o seu sucessor pelo mesmo partido (PDS) e o primeiro governador do Maranhão a ser eleito pelo voto direto depois do golpe militar de 1964.

O Sr. José Joaquim Ramos, [...] menino rico, também opinou contrariamente à implantação da usina de alumínio e alumina em São Luís. Compunha a mesma Comissão. Pressionado pelo senhor João Castelo, rendeu-se, como os fracos, demonstrando sangue de barata. Decepção total. É hoje uma espécie de corretor de terras para a ALCOA [...] apareceu Alain Belda plantando uma árvore, rodeado de vários marionetes. *Árvore? Para que? Se o veneno da ALCOA vai matar o verde exterminando todas as árvores. É uma ridícula e grosseira farsa, igual aquela de encher a panela do pobre, artifício demagógico do super-Ministro Delfim Neto, o grande advogado das multinacionais.*

Com relação às multinacionais, o Jornal Pequeno fez uma matéria com o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Ary Campista, no dia 26 de julho de 1980, em que este declara que o Brasil é o “paraíso das multinacionais”:

Ary Campista, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI, disse em São Luís, que o Brasil tornou-se a partir de 1950 o paraíso das multinacionais, atraídos não apenas pela garantia de mercado, mas pela possibilidade de aplicação de tecnologia ou implantação de equipamentos obsoletos desativados pela depreciação, e aqui instalados, como investimentos, para efeito de retorno de capital à matriz.

“Contudo – aduziu o presidente da CNTI – o ano de 1980 será um marco decisivo e importante na luta do povo e governo brasileiros contra os interesses apátridos, fraudulentos e exploradores dessas empresas.”

O conferencista salientou também que uma das principais razões que levam as empresas multinacionais a investir no exterior é a incessante busca de uma taxa de lucro mais elevada. A obtenção dessa diferença ou taxa de lucro é possível porque a mão-de-obra é mais barata em virtude, geralmente dos Sindicatos não se terem conscientizado do problema, e, em consequência, os Governos não puderem dispor do respaldo popular organizado que lhes permita conter a ânsia de lucros e a ganância dessas empresas.

E após relacionar uma série de multinacionais que se acham instaladas no país, nos diversos segmentos da economia nacional, advertiu para a ameaça que essas empresas “planetárias” representam ao problema alimentar. Para ele, “não é de interesse que tais problemas sejam resolvidos, a não ser por elas, quando julgarem oportuno e lucrativo”, acrescentou também, que as multinacionais “ao invés de minorarem, agravam o problema da fome no mundo, fato comprovado por especialistas em nutrição”.

O descaso às limitações do meio natural é constante e se torna mais grave no processo de expansão urbana, tanto pela população (na maioria das vezes por ignorância) quanto por empresas e pelos governos (em defesa dos seus próprios interesses). Quando existe o planejamento, este é elaborado sem a compreensão da cidade como um sistema vivo, dinâmico, complexo. Os projetos são concebidos para

o abastecimento de energia elétrica, transporte, água, tratamento de esgoto, etc., sem considerar a interação existente entre essas esferas e os possíveis impactos com os ambientes naturais urbanos (solo, rios, córregos, praias, vegetação). E, embora os planejamentos sejam elaborados por especialistas, na maioria das vezes atuam de forma isolada.

A cidade sempre foi vista pela maioria dos planejadores simplesmente como uma área antinatural. Poucos procuram encará-la como parte integrante de um ambiente natural.

O Jornal Pequeno na edição de 12 de outubro de 1980, nas páginas 11 e 12, alerta a população para a gravidade da instalação da Alcoa na Ilha e o descaso do governo e notícia: "ALCOA, maldição à vista".

É necessária uma tomada de posição mais energética. É providencial que se acorde o povo, colocando-o a par do perigo que se nos apresenta com a instalação da Alcoa em São Luís.

Toma-se também necessário que os responsáveis pela criminosa negociata sejam colocados à vista da nossa gente. O caso é sério e não deve se perder tempo. Se o caso for mesmo abandonado, entregue a situação, a essa gente, então não teremos mais recursos. Meus senhores, segundo pessoas que conhecem levando-se em conta ser a Indústria de Alumínio a que mais perigo produz, a que mais polui e com perigo de extermínio, sendo a primeira a Usina Nuclear, nossa Ilha terá seus dias contados, por ser seu terreno de terras moles, de fácil infiltração, devido aos seus 572 rios, córregos, riachos, além dos olhos d'água e pequenos ribeirões, com desaguamento direto para o mar, se a Empresa tomar conta de nossa terra, com pouco tempo o sururu, siri, caranguejo, ostra, camarão e outros mariscos e moluscos terão desaparecidos para sempre, ficando nossa fauna marinha completamente destruída, isso por muitas milhas a dentro, alcançando até Alcântara e suas mediações. Nossas jussareiras, buritis e outras palmeiras e árvores frutíferas morrerão, devido a ação corrosiva dos resíduos químicos sobre as suas raízes, ficando nossa Ilha deserta, contagiada apenas pela movimentação da ALCOA que terá assumido o comando da terra.

Cumpra-nos lutar pela expulsão dessa maldição intrusa que teve e tem cobertura de filhos gananciosos, venais e ingratos do Maranhão, os quais a troca de moedas desejam entregar a sorte de toda uma coletividade indefesa a um grupo americano, este que não nos poupará e nem interessa guardar as nossas reservas nativas que dão o colorido alegre a nossa querida Ilha de São Luís.

Salvemos pois a nossa terra, não deixando que os aventureiros que aqui nasceram a entregue a estrangeiros a troca de gorjetas e cobertura política com seus dólares. Lutemos, façamos o possível para preservar a terra de nossos avós, dos nossos filhos e netos.

O órgão central de políticas ambientais é o Ministério do Meio Ambiente sendo o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) o órgão consultivo e deliberativo. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA) é a instituição executiva federal que mantém superintendências estaduais responsáveis pela implantação de diretrizes da política ambiental. Entretanto, nas esferas estadual e municipal a atuação da legislação ainda era pequena. Essa deficiência além de estar associada com a permanente escassez de recursos financeiros e de recursos humanos capacitados para trabalhar com as questões ambientais, estava relacionada principalmente com a falta de vontade política.

O Jornal Pequeno, na sua edição do dia 19/07/80, p.02, acusa o governador João Castelo de ter entregado parte da Ilha de São Luís a ALCOA e de ter assinado, sem o conhecimento da sociedade e até mesmo do Legislativo, um protocolo com a ALCOA entregando 10 mil hectares da Ilha para a instalação de sua indústria para a produção de minério de bauxita.

O Sr. João Castelo resolveu [...] entregar parte da Ilha de São Luís a Aluminy Company American - ALCOA. [...] sob a revolta de todos maranhenses conscientes e alertas [...] ao desespero e impostura de projetos desse tipo cujos benefícios mirabolantes são limitados pelos órgãos de informação ligados ao controle e manipulação da famigerada SECOM, uma das inspirações do ministro Goebbles, da Alemanha de Hitler.

Aproveitou-se as férias escolares, os universitários desmobilizados, o Parlamento Maranhense em recesso e os setores oposicionistas desarticulados para lançar, sem qualquer respeito pela população de São Luís a assinatura em um protocolo que até a presente data não foi divulgado onde.

O Estado do Maranhão com inteira responsabilidade do Sr. Governador do Estado, celebra com a Companhia Americana de Alumino - ALCOA, multinacional com sede em Pittsburg, nos Estados Unidos, documento cedendo cerca de 10 mil hectares da Ilha de São Luís e outras condições vantajosas para a instalação de sua indústria para a produção de minério de bauxita.

Justificando o protocolo, assinado quase às escondidas [...], atitude entreguista e desrespeitosa do Sr. Governador para com a população do Maranhão, e, afinal de contas, ele tem razão, pois não foi escolhido pelo povo que desastrada e irresponsavelmente governa, mas sim colocado no poder por aqueles que lhe mandam fazer para satisfazê-los e não contrariá-los, dando de mão beijada o solo maranhense aos estrangeiros, sem pelo menos, qualquer campanha de esclarecimento dirigida à população ludovicense.

[...] o Projeto ALCOA que se instalará em São Luís, sem o consentimento e conscientização da população, que trará essa indústria [...] sob o beneplácito

governo federal e estadual, terá energia barata, incentivos de isenção fiscal e outros benefícios que não são dados às indústrias de pequeno e médio porte locais.

E utilizam-se da desculpa que essa indústria multinacional de alumínio proporcionará mais de dois mil e quinhentos empregos diretos e dezessete mil indiretos sem explicar, entretanto, que consumirá os pulmões dos homens e das mulheres, vitimará crianças e sugará a energia elétrica que os usuários maranhenses começarão a pagar mais cara, porque a Alcoa, rejeitada em vários países como o Japão e até no Pará, virá trazer empregos ilusórios tendo em vista que exige mão-de-obra qualificada que no Estado não tem, e espalhar a morte dos crustáceos da Ilha e o entulhamento de nossas praias e de nossos ribeirões, tudo isso por força de um governo que teima em desconhecer a existência e preservação da pessoa humana e da natureza.

Uma das mais graves conseqüências do desenvolvimento urbano para o meio ambiente e uma das maiores preocupações do homem é a poluição. Este conceito foi ampliado pela Lei Federal nº 6.938/81, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, passando a considerá-la como:

Degradação da qualidade ambiental, incluindo não apenas o lançamento de poluente nas águas, no ar ou no solo em desacordo com os padrões estabelecidos, mas também qualquer atividade que direta ou indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população, criando condições adversas às atividades sociais e econômicas que afetem desfavoravelmente a biota e afetem as condições estáticas ou sanitárias do meio ambiente.

Foram vários os segmentos da sociedade ludovicense que se articularam preocupando-se com a degradação do meio ambiente, tais como: o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís e o Grupo Feminino que o apoiava, a Igreja Católica e estudantes em geral, que se juntaram com o mesmo objetivo: lutar contra a instalação da Alcoa na Ilha de São Luís.

Na edição de 09 de outubro de 1980 do Jornal Pequeno, um desses segmentos foi notícia na página 03: "Igreja assume posição contra Alcoa".

Em seu boletim a igreja condena a instalação da indústria, altamente poluidora da Alcoa, afirmando:

A Alcoa indústria de alumínio já está instalada em São Luís. A assinatura do contrato foi feita sem que o poder legislativo tivesse conseguido respostas para certas questões sobre a instalação do complexo.

As obras de concretização do projeto Alcoa estão se fazendo sem que a população seja devidamente informada e orientada de modo concreto e claro.

Para onde irão as famílias que serão deslocadas da área? Quais os meios utilizados para evitar a poluição das águas, fontes de vida para muitos?

Por que tantos segredos na elaboração e execução de tal projeto? Onde está a democracia?

No dia 09 de outubro de 1980, p. 03, quem se manifesta através do Jornal contra a Alcoa são as mulheres no Movimento Feminino em favor da Ilha de São Luís, promovido pelo Grupo Feminino de apoio ao Comitê de Defesa da Ilha de São Luís:

[...] realiza-se às 9:00 h da manhã de 12 de outubro, domingo, na praça Gonçalves Dias, a festa da natureza, dedicada a todas as crianças e mães.[...]. As corajosas mulheres incorporaram ao combate a Alcoa que quer destruir a nossa cidade, instalando uma usina de elevado poder de poluição com o apoio do governo do Estado.

Ações violentas da Polícia Militar contra estudantes e manifestantes do Comitê de Defesa da Ilha são denunciadas pelo Jornal Pequeno de 19 de outubro de 1980 sob o título: "Protestantes contra a ALCOA são presos e espancados pela polícia".

Embora não tenha se instalado definitivamente em São Luís a Alcoa começou a ditar ordens no Maranhão, influenciando nas decisões do governo do Estado.

Ontem à noite, dois alunos da FESM, Adilson Perdigão, estudante de Agronomia e José Wande Marques Pedrosa, estudante de Administração, foram espancados brutalmente e presos por policiais, na EXPOEMA, porque conduziam uma faixa com os dizeres: fora a Alcoa.

Depois da agressão foram levados num camburão da Secretaria de Segurança para uma das delegacias.

O plano de violência da Alcoa iniciou no dia da chegada do Presidente da República a esta capital, quando policiais e capangas contratados pela multinacional norte americana, rasgaram faixas que diziam: "O povo da Ilha não aceita a Alcoa e fora a Alcoa", incitados pelo deputado Sálvio Dino, do PDS.

Numa manifestação pacífica, diversos integrantes do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís postaram-se em frente do Palácio dos Leões, a pouca distância do palanque oficial, com uma faixa estendida.

Foram surpreendidos com o ataque de policiais. Houve luta pela disputa da faixa que acabou sendo rasgada.

Serenado os ânimos, foi aberta nova faixa. De repente, o pessoal do Comitê foi surpreendido com outra tentativa de arrebatar a faixa, havendo sido seqüestrado, nessa ocasião, um rapaz que segurava uma de suas pontas.

Os policiais arrastaram a vítima do seqüestro pela escadaria que dá acesso ao Beco Catarina Mina, que não teve maiores conseqüências porque os seqüestradores abandonaram o rapaz no fim da escadaria.

Momentos depois da ocorrência soube-se através da esposa do deputado Gervásio Santos que o autor intelectual do episódio foi o deputado Sálvio Dino, que lançou perfidamente a polícia contra o povo, pensando naturalmente que as faixas contivessem dizeres desrespeitosos ao Presidente da República.

A instalação de uma empresa do porte da Alcoa em São Luís, por outro lado, desperta, não só nos maranhenses desempregados, sem terra, teto e com fome, mas em outros brasileiros na mesma situação, a esperança de melhores condições de vida, principalmente pela perspectiva de emprego.

O Jornal Pequeno na edição da página 02 de 14 de novembro de 1980 sob o título "Perguntas e respostas sobre a Alcoa", fez a seguinte pergunta: Quantos funcionários a Alcoa vai contratar em São Luís? A resposta foi a seguinte:

É impossível responder essa pergunta com números exatos, pois isso vai depender totalmente do interesse da população pelos empregos a serem oferecidos, bem como das qualificações dos candidatos. As previsões indicam que a fábrica poderá proporcionar um total de 2.000 a 2.500 empregos sendo aproximadamente 110 em nível superior (engenheiros, administradores, químicos, etc.); 200 empregos técnicos de nível médio (químicos industriais, eletrotécnicos, desenhistas etc.); 392 em ocupações qualificadas (instrumentistas, eletricitas, mecânicos, etc.); 260 em ocupações semi-qualificadas (cozinheiros, vigilantes, ferreiros, carpinteiros, etc.); e mais de 1.000 em outras ocupações operacionais (auxiliares de manutenção e serviços gerais, etc.).

O ideal, tanto do ponto de vista da população maranhense quanto do ponto de vista da Alcoa, seria que todos esses empregos, sem exceção, fossem preenchidos por habitantes de São Luís e das proximidades, pois trazer gente de longe sempre gera problemas de adaptação para os próprios funcionários, filhos que têm de mudar na escola, etc.

No entanto, provavelmente uma parcela desses empregos, principalmente os de alta tecnologia, terá de ser inicialmente preenchidos por especialistas altamente treinados, vindos de Poços de Caldas ou, se for preciso, mesmo dos Estados Unidos. Essa, porém, deverá ser a menor percentagem possível. E, mesmo assim, será somente na fase inicial, pois, gradativamente os próprios maranhenses irão substituindo o pessoal de fora, à medida em foram sendo treinados pela própria Alcoa, em Poços, nos Estados Unidos ou em outros países onde a empresa tem fábrica.

Essa experiência, aliás, a Alcoa já viveu em Poços de Caldas. Dez anos atrás, no início da operação da fábrica de lá, a empresa tinha em seu corpo de funcionários 50 técnicos americanos altamente treinados. Hoje dos quase 2.000 funcionários da empresa em Poços, só um ou dois ainda são americanos. Os demais são todos brasileiros, muitos nascidos em Minas Gerais e naturais da região de Poços de Caldas.

O Jornal fez outra pergunta: Quais os tipos de empregos reservados ao pessoal de fora? E quais os que ficarão para os maranhenses? E obteve a seguinte resposta:

Não há qualquer distinção desse tipo. Sempre que houver um maranhense qualificado para qualquer emprego, ele terá preferência sobre outros candidatos. Portanto, cabe aos técnicos, engenheiros e demais profissionais do Maranhão procurarem qualificar-se o melhor possível, nesses próximos meses e anos.

Entretanto, não é o que confirma a denúncia feita por Luís Monteiro ao Jornal Pequeno no dia 06 de outubro, quando é publicada na página 05 desse jornal, “Alcoa engana profissional”:

Um dos assuntos enfocados na reunião dos Relações Públicas que se realizou nessa cidade, no auditório da Federação do Comércio e que mereceu aplauso geral foi a denúncia feita por um dos participantes, Luís Monteiro, quanto a questão de que a Alcoa está importando profissional de nível superior, o que existe em nosso meio.

Isto é bem um prenúncio de que nossos técnicos vão ficar de fora, só cheirando poluição e comendo camarão podre que essa empresa vai provocar, sujando nossas águas e a nossa terra.

A Alcoa já contratou três Relações Públicas – todos do Estado de São Paulo [...].

O que não se fala na verdade é sobre a contratação de um técnico daqui, de São Luís, uma pessoa que conheça nossa sociedade, saiba dos costumes do nosso povo e tenha penetração junto a todos. Mas não, a Alcoa prefere impor um Relações Públicas paulista, como se São Luís fosse uma província e não dispusesse de bons profissionais capazes de ocupar a função.

E, assim como a Alcoa está fazendo com o setor de comunicação, fará com os outros técnicos de nível superior; vai preferir importar a contratar aqui.

Diante do exposto, o Jornal Pequeno deixa bem clara a sua posição em relação à instalação da empresa norte americana – ALCOA em São Luís, aliás, contra todas as multinacionais que aqui se instalavam. Para confirmar essa posição, transcrevemos a seguinte reportagem do dia 08 de dezembro de 1980 na sua Tribuna da Imprensa, sob o título, “Para o General João Figueiredo ler e meditar: Maranhão em pé de guerra para se defender da Alcoa”.

Enquanto a Alcoa estuda os últimos detalhes para destruir a bela Ilha de São Luís e sufocar seus 500 mil habitantes com a terrível lama vermelha sob a justificativa de que está “conduzindo o progresso ao produzir Alumínio e Alumina”, o povo de São Luís (e de todo o Maranhão) se prepara para resistir, para não se entregar, para não se deixar assassinar em massa, pois é de assassinato de 500 mil pessoas que estamos falando. E vamos mobilizar o país inteiro nessa cruzada contra essa terrível multinacional Alcoa, como já fizemos contra todas as multinacionais de todos os setores, todas elas denunciadas por nós, mesmo que tenham sido temporariamente vitoriosas por contarem com aliados poderosos dentro e fora do governo, dentro e fora do sistema, dentro e fora do círculo comum dos testas de ferro que enriquecem com o empobrecimento, com o aviltamento, com a humilhação e a dependência do País. Ou expulsamos a Alcoa e as outras multinacionais, “plantamos” aqui um sistema econômico voltado para o enriquecimento para dentro e não para fora, ou não nos livraremos da miséria, do subdesenvolvimento, do subemprego, da condição de escravos eternos dessas multinacionais que nos exploram a vida toda. E entre as

mais cruéis dessas multinacionais (todas são) sem nenhuma injustiça, no alto da lista, temos que colocar a Alcoa.

A imprensa tem um papel fundamental na sociedade: o de informar. A autoria da informação deve ser assumida de maneira responsável, consciente e comprometida com a coletividade, com o seu público alvo. É um veículo formador de opinião. Portanto, suas informações podem repercutir no grupo ou individualmente de maneira positiva ou negativa, levando a construção de uma sociedade consciente ou não dos seus direitos e deveres, para o exercício pleno da cidadania e para a construção de uma vida melhor e socialmente justa ou não.

O Jornal Pequeno em algumas edições de 1980 mostrou-se preocupado diante da sociedade ludovicense e contra a instalação da Alcoa, de sua indústria na Ilha de São Luís pelo seu alto grau de poluição colocando em risco sua flora, fauna, em suma, toda sua vida em perigo e até sob ameaça de extinção.

Durante o ano de 1980, em quase todas as edições pesquisadas, o Jornal publicou informações sobre a natureza poluidora da Alcoa e seus interesses capitalistas na Ilha; fez denúncias sobre o deslocamento de várias famílias de seus locais de origem em detrimento das necessidades da empresa; mostrou-se claramente contra a política de governo de João Castelo. Em todas as publicações notou-se a sua preocupação e o seu comprometimento em manter a população informada principalmente sobre a presença predatória da Alcoa na Ilha e da mobilização da sociedade, ecologistas, estudantes, instituições, moradores favelados, mulheres, igreja, político, engajados na luta para colocá-la fora da cidade.

Apesar das críticas, das denúncias, da mobilização da sociedade e do empenho do Jornal em cumprir sua função de informar, os interesses particulares de um grupo privilegiado se sobrepujaram em relação aos de uma maioria sem privilégios: a multinacional Alcoa foi instalada na Ilha de São Luís no ano de 1980.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema em estudo trata de um dos mais graves problemas com que se depara o homem na atualidade: a instalação de projetos indústrias em centros urbanos e suas implicações na ocupação do solo, na luta pela posse de terra para garantir sua sobrevivência. Essa luta tem suas raízes ligadas historicamente à evolução da própria humanidade, ao seu conceito sobre o direito a terra, a sua utilização. Países subdesenvolvidos como o Brasil se deixaram influenciar pelos códigos e leis dos seus países colonizadores. Essa herança passou a conduzir o Brasil a uma reforma agrária pouco eficaz e a uma política fundiária inadequada, que em sua implicação culminou, a partir de meados do século XX, num processo acentuado de migrações rurais e, em sua conseqüência, conduziu à favelização, à miséria, ao subemprego, desemprego, fome e a violência, os grandes centros urbanos, o que vem interferir de maneira significativa na configuração dos seus espaços.

Foi a partir da intensificação da produção industrial, tornada viável tanto graças ao capital acumulado como pelo desenvolvimento técnico-científico, que a ocupação do solo urbano e sua urbanização tomaram ritmos acelerados nos anos 70 e 80 em São Luís.

O processo de industrialização de São Luís a partir da instalação dos projetos da CVRD e ALUMAR deixou marcas na história da ocupação urbana da cidade. O setor industrial se apresenta como fator de atração populacional e interfere na dinâmica do espaço urbano.

A ocupação desordenada do solo urbano se agravou a partir da instalação de grandes projetos como o da ALUMAR e Companhia Vale do Rio Doce

na cidade nas décadas de 1970 e 1980, quando São Luís experimentou um “boom” no seu crescimento populacional.

Esses projetos sob a perspectiva de oferecer muitos empregos acabaram por influenciar na vinda de centenas de pessoas de várias partes do Maranhão e de outros Estados para a cidade de São Luís, trazendo na sua bagagem a esperança de melhores dias.

Assim, a ocupação urbana de São Luís pode ser resumida em duas partes: antes da implantação da CVRD e ALUMAR, através dos conjuntos habitacionais populares ou não e depois da implantação desses projetos, através da verticalização do espaço urbano com construção de condomínios e edifícios de apartamentos em áreas nobres (locais com infra-estrutura, saneamento, água, luz, esgoto, etc.) e, loteamentos, ocupações e invasões na periferia para a população de baixa renda, expandindo o processo de favelização do espaço urbano de São Luís.

Numa perspectiva que reúne especulação, violência, fome, miséria, a vida dessas pessoas se transforma num grande desafio entre a esperança e o desespero, onde o direito a cidadania fica longe de ser exercido, e estas, ficam dependendo do espírito de solidariedade existente entre elas mesmas ou de algumas ações isoladas do governo para garantirem a sua sobrevivência. São os excluídos da pátria, terra e pão.

O Jornal Pequeno em várias edições de 1980 mostrou-se contra a instalação da Alcoa na Ilha de São Luís, destacando em suas notícias, principalmente, seus efeitos nocivos e poluidores do meio ambiente. O jornal também deu ênfase aos segmentos que reivindicavam o direito à vida de maneira saudável e socialmente justa.

Diante do exposto, é preciso uma ação conjunta das pessoas, da sociedade em geral, de instituições e dos poderes públicos no sentido de efetivarem políticas que realmente solucionem o problema da falta de moradia, emprego, comida e terra.

No Brasil, no Maranhão e em São Luís, o problema da terra está intimamente ligado à falta de uma política de reforma agrária que se efetive na prática, bem como a uma má distribuição de renda. Associado a isto está também o êxodo rural, a concentração crescente de renda regional, o crescimento desordenado das cidades, a deteriorização de vida dos trabalhadores do campo e da cidade e, principalmente pela falta de moradia e emprego. Como consequência disso, a cidade se transformou no ponto principal de atração para os "sem terra", "sem teto" e "sem emprego".

Para a execução de um projeto industrial que promova o bem estar geral de um país, de um estado, de uma cidade e, principalmente de seus habitantes é fundamental que se leve em conta, em primeiro lugar, a sua função social, dirigi-lo para a realização dos interesses coletivos. Uma empresa não deve atuar apenas para atender aos interesses dos seus sócios e de seus empregados, mas principalmente de toda a coletividade.

É preciso somar esforços para persuadir autoridades, governantes, empresas, instituições, organizações e indivíduos para cooperarem, coordenarem e fiscalizarem o cumprimento de leis, normas que garantem o direito à vida e o respeito pelas limitações da natureza. Que os interesses particulares não se sobreponham aos interesses gerais da população e que considerem todas as consequências malélicas do desenvolvimento urbano ao executar os seus projetos.

REFERÊNCIAS

ALCOA ALUMÍNIO S.A. **Relatório Anual 1980**. São Paulo, 1981.

ALUMAR. **Boletim Informativo**. Maranhão – 1980 e 1988.

ANDRÉS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **Centro Histórico de São Luís – Maranhão: Patrimônio Mundial**. São Paulo: Andichrono, 1998.

ANTUNES, Celso. **Geografia do Brasil**. São Paulo. Scipione, 1996.

ASSELIN, Vitor. **Grilagem: Corrupção em terras do Carajás**. [S.l.], Vozes/CPT, 1992.

ATO DECLARATÓRIO Nº 04 de 23 de novembro de 1981.

BRASIL, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980**. Rio de Janeiro, 1990.

BRASIL, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico de 1991**.

BRASIL, Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República - **Programa Grande Carajás: legislação e normas**. Brasília, 1988.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou caos**. São Paulo: Nobel, 1992.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflito no Campo Brasil 1996**. Goiânia: CNBB, 1996.

DINIZ, Clélio Compolina. **Capitalismo, recursos naturais e espaço**. (Tese de Doutorado) Instituto de Economia Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

FERNANDEZ, Alain Belda. **O Projeto Alumar e Perspectivas para o Maranhão: São Luís, 1980** (Palestra pronunciada no Seminário sobre Política Industrial realizada pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Maranhão).

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **A urbanização e a problemática ambiental em São Luís - MA**. Monografia de Especialização - UFMA, São Luís, 1993.

GÖRGEN, Sérgio. **A propriedade concentrada esconde o pão**. Revista Mundo Jovem/CPT. Ponto Alegre. Jul. 1998.

JORNAL PEQUENO. São Luís, edições de julho a dezembro de 1980 e janeiro de 1981.

KUCINSKI, B. **O que são multinacionais**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEI FEDERAL Nº 6.938 de 31 de agosto de 1981.

MAYRINK, Geraldo. **Histórias da VALE**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2002.

MOREIRA, Jose Cursino Raposo. **A Implantação da Alcoa em São Luís**. (Tese de Mestrado) - UFMG, Belo Horizonte, 1989.

PORTARIA 1.654 de 13 de agosto de 1979.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís: 1612 – 1991**. São Luís: Editora do Autor/FUNC, 2001.

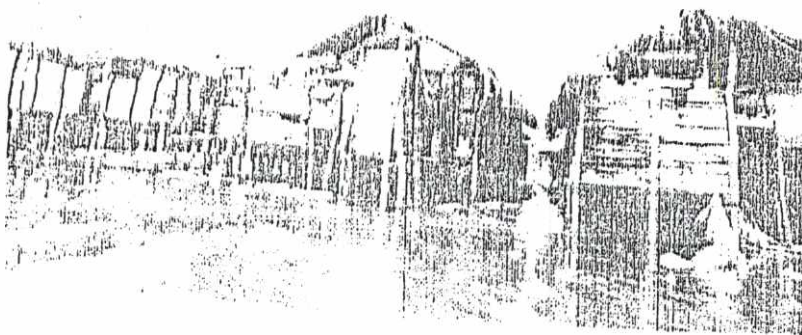
SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, José Borzacchiello da (org.) **A cidade e o urbano: temas para debates**. Fortaleza: EUFC, 1997.

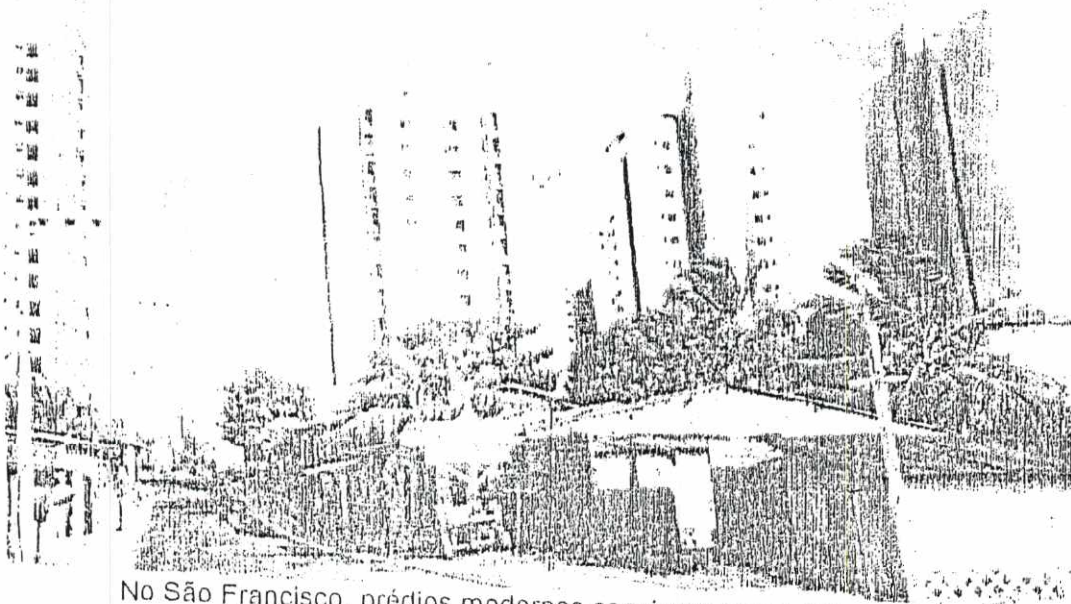
SILVA, Ronald de Almeida. **A Evolução Urbana de São Luís do Maranhão**. São Luís, [s.n.], 1984.

TSUJI, Tetsuo. **Cenários do Maranhão para o ano 2007**. São Luís: CORSUP/EDUFMA, 1993.

ANEXOS



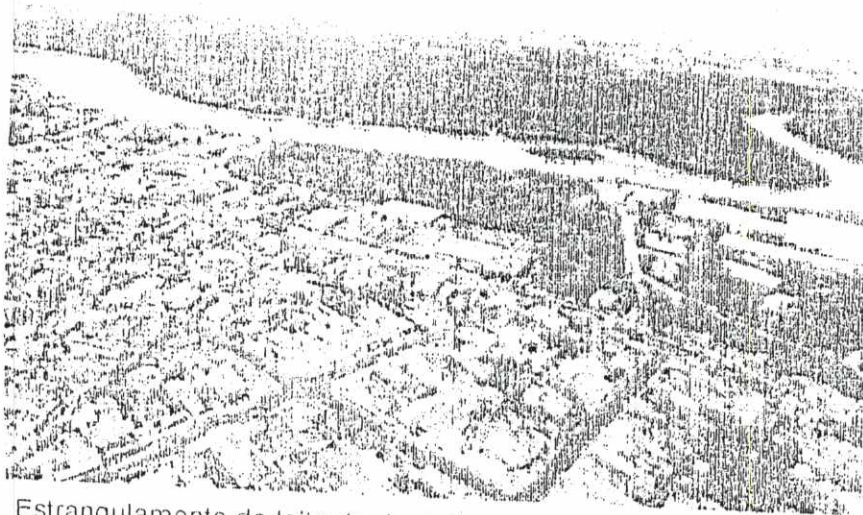
Ocupação urbana desordenada: palafita às margens do rio Anil (Foto: Edgar Rocha)



No São Francisco, prédios modernos convivem com a falta de planejamento (Foto: Coelho Júnior)



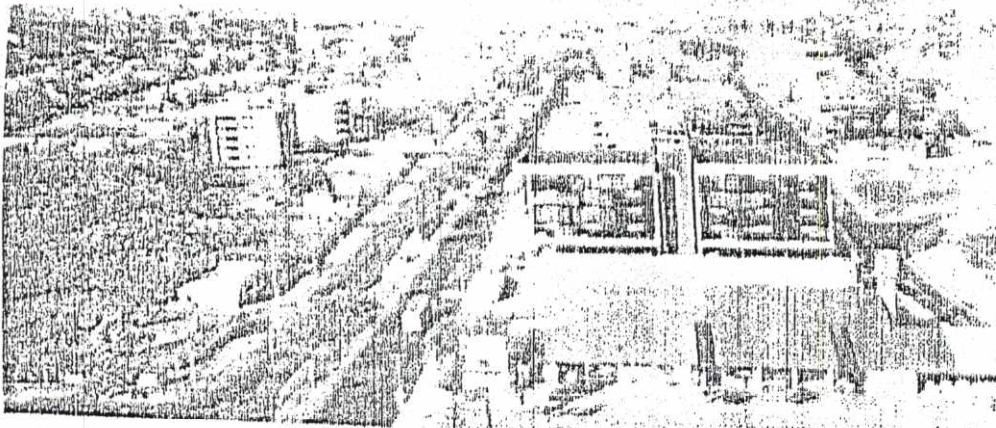
Ocupação desordenada: povoado localizado às margens do rio Anil (Foto: Edgar Rocha)



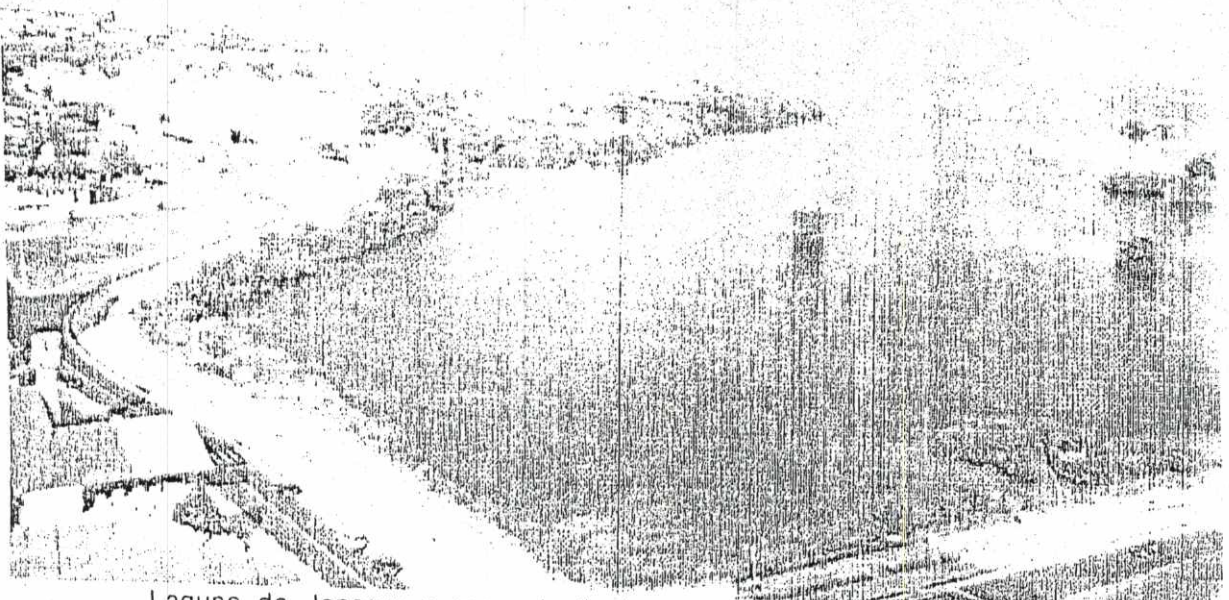
Estrangulamento do leito do rio Anil. Abaixo, a área do bairro do Monte Castelo. Acima, o avanço dos bairros Recanto dos Vinhais e Ipase (Foto: Edgar Rocha)



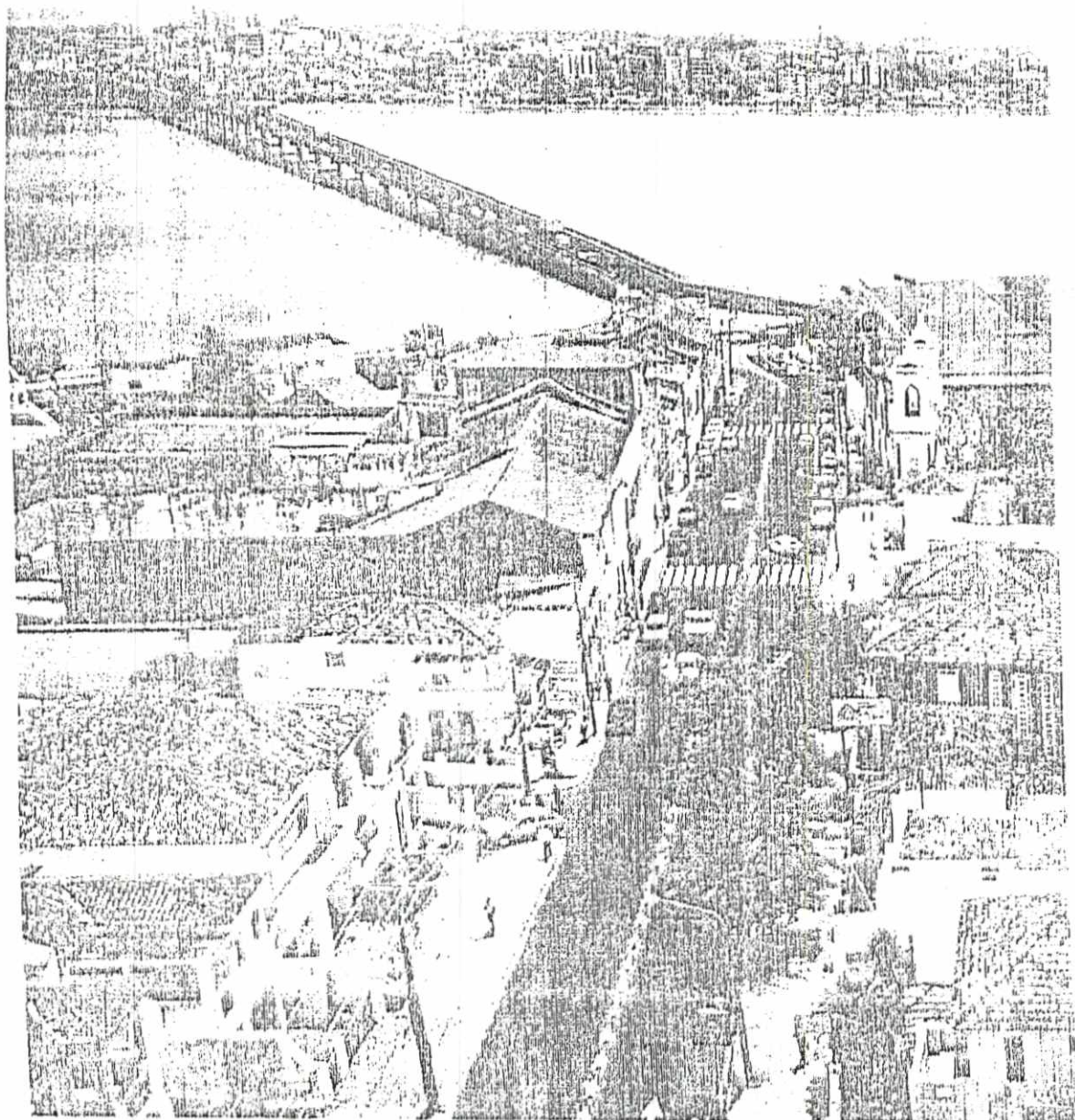
Bacia do rio Anil: o preocupante avanço sobre seu leito.
(Foto: Edgar Rocha)



1 Especulação imobiliária: área do Renascença, próxima à Laguna da Jansen (Foto: Coelho Júnior)



Laguna da Jansen: a especulação imobiliária associada à poluição hídrica e à modificação climática do local (Foto: Coelho Júnior)



Contraste entre o novo e o antigo: detalhe da rua do Egito, no Centro Histórico, e da ponte José Sarney, acesso para a região norte-nordeste da capital. (Fonte: ANDRÉS, 1998)